

## A VIOLÊNCIA URBANA

*Palestra proferida pelo Coronel PM Leonel Archanjo Affonso, Comandante-Geral da PMMG, aos Estagiários da Escola Superior de Guerra, em jun 85, em Belo Horizonte.*

### SAUDAÇÃO

Todo cidadão é chamado a participar da construção da sociedade e esta vocação natural está na raiz de todos os acontecimentos que, desde os tempos pré-históricos, vêm fazendo evoluir a vida, comunitária.

Cada nação, cada povo, cada segmento da sociedade, através de suas instituições, ao mesmo tempo em que cria o seu modo de existir social, organiza também a forma de participação dos vários indivíduos nos destinos do grupo.

A Escola Superior de Guerra tem sido, não só símbolo da vocação para o serviço da sociedade, mas também instrumento e voz que chama e convida à reflexão, ao estudo, à pesquisa de causas e soluções para os problemas com que o país se defronta no seu jornada rumo ao futuro.

Atender a esse chamamento é, para a Polícia Militar, mais que honra: significa sua própria realização como segmento comunitário que, desde os tempos coloniais, dirige todos os seus atos, coloca todos os seus sentimentos, todas as suas energias para o cumprimento de sua missão constitucional que é a manutenção da Ordem Pública. Coloca todo o seu ser, enfim, a serviço do Estado e da Sociedade.

A visita da ESG à PMMG, em 1984, trouxe enormes benefícios à Corporação, que, não só se fez mais conhecida, ultrapassando as fronteiras do Estado, mas filiou-se afetivamente à família esguiana, filosofia e estado de espírito, caracterizados pelo posicionamento ativo e o fervor cívico de quem acredita nos alcandorados destinos do Brasil.

A presença dos Senhores aqui é, sem dúvida nenhuma, fruto da amizade que desejamos cada vez mais estreita, mas é também fruto da

afinidade entre as nossas instituições, ambas preocupadas em indagar como será o nosso futuro, ambas dispostas a construí-lo.

O peso específico de Minas nos destinos do país não é obra do acaso, mas tem um fundamento histórico que muitas vezes passa despercebido.

Minas não esquece e não pode esquecer as lições do Alferes Tiradentes que passou por estas veredas, por estas serranias, a pregar as idéias liberais, de autonomia, de independência do Brasil.

Tiradentes, que serviu às fileiras do Regimento de Cavalaria de Minas, embrião histórico da Polícia Militar, andou por estas casas, caminhou por estas ruas, a ensinar ao povo a liberdade.

E, para mostrar o sublime valor de suas convicções, subiu ao cadafalso e ali derramou o seu sangue, sacrifício supremo que gravou, para sempre, no subconsciente de Minas, os ideais dos Inconfidentes.

Em estudo sobre Minas Gerais, o grande mestre Alceu Amoroso Lima compara nosso Estado com a Suíça, sob o argumento de que aquela nação representava para a Europa o que Minas representa para o Brasil. "O amor à liberdade", diz o grande escritor, "que faz da Suíça, apesar de sua fraqueza, um baluarte tão importante no jogo das forças políticas em cena, é também o que poderá fazer, um dia, de Minas Gerais, o baluarte da nova democracia brasileira, que porventura venha a sair de um mundo em ruínas e sobretudo das lutas do socialismo e do individualismo contemporâneos".

Tal afirmação é de 1946. Mal acabara, portanto, a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial. A vocação de Minas para a democracia e para a liberdade era, então, nota definidora do caráter da gente serrana e adquiria, no momento do triunfo da liberdade do mundo, uma significação especial.

#### Senhores Estagiários.

A postura da Escola Superior de Guerra, ao chamar a si a missão de "estudar o destino do Brasil", conforme expressão feliz do saudoso Presidente Marechal Castello Branco e fazendo-o, num clima de ampla liberdade e camaradagem, é tipicamente mineira e bem ao sabor da herança deixada por Tiradentes.

Ao apresentar-lhes as nossas boas-vindas, queremos desejar-lhes todo sucesso, sobretudo na consecução dos superiores objetivos desta viagem.

A Polícia Militar deseja que os estagiários se mantenham inteiramente à vontade e tenham, em nossa Corporação, uma comunidade amiga, uma continuação do lar de cada um, que, antes de mais nada, se sente envaidecida de poder contribuir, ainda que modestamente, para o magno trabalho da Escola Superior de Guerra, ciente e consciente de que, assim procedendo, estará ajudando o nosso país a realizar o seu grande sonho de progresso, paz e prosperidade para todos.

## CONCEITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Um avião que cruza os céus sobre as cidades; os fios de alta-tensão que passam sobre nossas cabeças; os edifícios mal construídos, pontes, depósitos de combustíveis e poluentes; carros e caminhões pesados que percorrem vias urbanas em alta velocidade; as desigualdades sociais, a engendrar indivíduos revoltados, debilitados mentais e malfeitores de toda espécie são riscos a que o homem, sobretudo o urbano, se submete irrecorrivelmente.

Esses não são acontecimentos episódicos ou raros de uma civilização bárbara, distante. São fatos do nosso dia-a-dia. Riscos reais com que convivemos, a cada momento, e que podem perfeitamente atingir-nos, já que eles estão em toda parte, compondo o ambiente em que estamos inseridos.

Há uma constante em todas essas imagens revelando a sua natureza comum: a agressão real ou potencial à vida, ao patrimônio, à integridade física e psicológica, aos direitos basilares da pessoa humana.

Não há um só vivo imune a esta agressão, embora somente o homem dela tenha consciência e somente ele seja capaz de deter o seu abraço confrangedor, através do uso da razão e da inteligência.

A agressão é, naturalmente, desencadeada por uma força, sobre a qual, a partir de um determinado momento, perde-se todo o controle.

Meditemos sobre o desastre industrial recentemente verificado na Índia, em que milhares de pessoas morreram intoxicadas pelo isocianato de metila que escapou dos depósitos de uma fábrica de inseticida situada no perímetro urbano.

A sociedade industrial desencadeou forças, criou substâncias, aparelhos, complexos industriais, de alto poder destruidor, sem criar mecanismos eficientes de controle. Daí a multiplicação dos desastres e sinistros em que é sempre pesado o preço pago em vidas e patrimônio. Quase sempre as punições previstas para os responsáveis pelos "Crimes de Perigo Comum" são pouco intimidativas e não reparam os danos causados. Em outras palavras, a violência a que se submete o homem, na sociedade moderna, mesmo naquelas em que as leis são bastante severas, transcende ao poder repressivo da norma jurídica.

Reflitamos sobre os recentes acontecimentos que revelaram ao país e ao mundo a realidade do xadrez da Delegacia Especializada de Furtos e Roubos, o chamado "Inferno da Furtos e Roubos", onde, devido à superlotação das celas, às péssimas condições de higiene, os presos resolveram fazer um pacto de morte para chamar a atenção da imprensa e autoridades sobre seus problemas.

O pacto de morte tornou conhecido de todos o preso Severino, líder e mentor dos demais detentos, que, esboçando sempre um sorriso, fala com desenvoltura sobre os homicídios praticados, sem qualquer censura interior, sem qualquer evidência de arrependimento.

Severino é um ser humano! Energia física e psíquica de difícil controle. Não apenas é produto de estruturas violentas, como é um fator de aumento e transmissão dessa mesma violência.

Em suas entrevistas usou a expressão “estar no crime”, revelando a plena aceitação da marginalidade, não como situação anormal e temporária, mas como um “status” sem retorno. Severino é um ser deformado, colocado a serviço do crime e da violência, com reduzidas perspectivas de recuperação, pois, mesmo na cadeia, cumprindo as penas que a Justiça lhe impôs, como o fim de reeducá-lo, voltou a reincidir e voltará, certamente, a fazê-lo. Pelo menos é o que se depreende de suas declarações à imprensa: “Comecei a assaltar em São Paulo. Eu era servente e ganhava mixarias. Aí, com o primeiro 157 (assalto), levantei uma grana que deu para viver legal seis meses. Não podia parar mais. Quem tem uma carreira de crimes só tem que subir, quer ir mais. Latros (latrocínios) eu tenho cinco, porque se o bacana não entregava o dinheiro macio eu tinha que matar ele. Bom era em São Paulo: eu só agia onde o dinheiro estava. Era supermercado, era joalheria, era aquelas mansão lá do Murumbi. Estupros eu não tenho nenhum, não senhor, tenho a maior bronca de estuprador”.

“As vezes eu aplicava um 121 (homicídio) num figura, ficava com os documentos dele, entrava em clubes, boates. Eu também ia bacana, coberto de ouro, com carro roubado novinho. A mina caía na minha, na outra semana eu puxava outro carro e aí era só praia, boates e farras. Mas a barra ficou pesada em São Paulo. Puxei cana na Detenção. Vim para Belo Horizonte. Já puxei cinco anos de cana! Matar! Olha, quando mato um, sinto é raiva mesmo, que só passa depois que eu matei ele bem matadinho. Aí, fico numa boa uns oito dias, sabe? Quem já matou um, tanto faz matar dez ou mil. É tudo a mesma coisa”.

A idéia de agressão associada à idéia de força compõem, ambas, o conceito amplo de violência, palavra cuja etimologia nos conduz ao vocábulo latino “vis”, que significa “força”.

Quando mencionamos a palavra “força” não podemos deixar de assinalar um fato típico do nosso tempo, que é a capacidade desenvolvida pelo homem de manipular forças, até então, escondidas no seio da natureza.

O homem penetrou a intimidade da matéria e ali descobriu a força cega da energia atômica, cujo potencial contrutor ou destruidor depende de seu arbítrio. Há forças incríveis movendo indústrias, naves espaciais, aviões, caminhões, que, a um simples descuido, consomem vidas e patrimônio, numa impetuosidade difícil de ser contida.

A sociedade moderna, perpassada pelo “espírito da técnica”, engendrou a super-vida e parece exigir também, para manipular seus petrechos tecnológicos, um “super-homem”. Com efeito, o homem moderno agigantou-se em suas capacidades. A televisão ampliou-lhe o campo visual; o telefone deu alcance universal a seus ouvidos e à sua voz; os aviões tornaram

supersônicas as suas pernas; a medicina, aos poucos, lhe confere o dom divino da longevidade. A era industrial exige homens com superpoderes, super-homens. E para super-homens, conseqüentemente, uma supersociedade com superproblemas!

Ocorre, porém, que o homem não mudou, embora tenha transformado drasticamente o meio e as condições de vida. Continua sendo a "frágil argila" de que fala Exupéry, sujeito a riscos, incontáveis e colossais, pela liberação de forças, que não consegue controlar. Daí, tornar-se ele vítima de sua própria racionalidade e inteligência, da ciência e da tecnologia, construídas com o fim original de garantir-lhe a sobrevivência no planeta. Daí, a violência multiforme e onipresente, que ameaça as suas mais admiráveis conquistas.

Não estranhemos, pois, o fato de nossas cidades, nome que, outrora, irradiava equilíbrio, paz e harmonia, hoje terem-se transmudado em megalópoles.

Megalópole — nome que inspira terror, sofrimento, egoísmo e insensibilidade, traduzindo a negação de valores que, até então, constituíam os pilares da vida social.

Megalópole — sinônimo de violência, produto da super-sociedade, domicílio do super-homem.

Se as metrópoles não são o único cenário da violência, são elas que a patrocinam em maior quantidade e qualidade.

Assiste-se, nos grandes centros, em escala sempre crescente, à manifestação do fenômeno, em todas as suas faces e matizes.

## ATIVO E PASSIVO DA VIOLÊNCIA

Considerando que o homem, ora é agente da violência, ora é paciente, podemos analisá-la sob as seguintes epígrafes.

- Violência do homem contra o ambiente;
- Violência do homem contra o homem;
- Violência do ambiente contra o homem;
- Violência da sociedade e do Estado contra o homem;
- Violência da tecnologia contra o homem.

### *Violência do Homem contra o Ambiente*

O super-homem, para a construção da super-sociedade, assesta forças colossais contra as entranhas da terra, removendo montanhas, estancando

rios, erguendo arranha-céus, construindo fábricas que envenenam o ar, destruindo florestas, exterminando animais silvestres, remodelando, a seu modo, o planeta que lhe deu o Criador.

É verdade que, quando assim age, ele não é movido pelo desejo de destruir, mas sim, de permitir a sobrevivência da humanidade que se expande permanentemente. Nem sabemos se haveria alguma alternativa para a vida civilizada, senão esta, a de buscar na transformação drástica da natureza os meios de sobrevivência.

Porém, não é menos verdade que inexistente a preocupação com as conseqüências dessa violência no presente e no futuro da humanidade, sobretudo, numa brutalização maior do ser humano, condenado a viver num mundo completamente estranho e diferente do original.

Há evidências de que essa transmutação ambiental, mesmo as que se processam sem violência, influenciam o psiquismo humano, aumentando ou exacerbando-lhe a agressividade.

### *Violência do Ambiente contra o Homem*

A notícia mais antiga desse tipo de violência nos é fornecida pela Bíblia: Caím, possuído de inveja, porque Deus "olhou para Abel e para os seus dons e não olhou para ele, nem para os seus dons", investiu contra o irmão e o matou. A imagem bíblica é muito forte, porque o primeiro crime de que se tem notícia foi um fratricídio.

A partir daí, acompanhar o lento progredir da humanidade não é mais que acompanhar o curso de uma série de atos em que o homem procura destruir o seu próprio irmão.

Afora a distância que as separa no tempo, as guerras antigas e modernas têm o mesmo conteúdo e se baseiam na agressão do homem ao próprio homem. Em todas elas, da Guerra de Tróia à Guerra no Líbano, prevalece o emprego da violência entre os homens, na solução de conflitos.

Mas há uma guerra surda, não de exércitos entre si, mas de cidadão contra cidadãos, que transformam vias urbanas, a praça pública, o lar, o clube de lazer e até os templos, em mini-campos de batalha, nos quais se multiplicam as agressões recíprocas, o homicídio, o assalto, o estupro.

Já se vendem nas bancas revistas especializadas, trazendo amplas reportagens sobre essas práticas, revelando as verdadeiras dimensões do crime e da violência, sobretudo nos grandes centros.

### *Violência Homem contra Homem*

Destruídos os ecossistemas, desrespeitada, agredida, violentada, a natureza tende a agredir, a violentar.

Ilustra essa assertiva o exemplo de Cubatão, o chamado "Vale da Morte", palco de uma das mais dolorosas tragédias, provocada por duas explosões e um incêndio de grandes proporções que devastaram uma das favelas mais miseráveis do Cubatão — a Vila Socó — atingindo mais de 1.000 barracos, matando pelo menos noventa pessoas.

Conforme reportagem da revista "Veja", edição de 07 de março de 1984, "embora especialmente aguda, a tragédia de Vila Socó é apenas um dos muitos capítulos que compõem o drama interminável protagonizado por este Município na Serra do Mar. Sustentada por um orçamento de 25 bilhões de cruzeiros em 1984, a cidade não tem um único metro de rede de esgotos — ali só existem fossas sépticas e os detritos despojados pelas indústrias e por uma população de 110.000 habitantes transformam o Rio Cubatão, cujas águas são limpas até aquele trecho, num lago fétido. Há alguns meses, o País se emocionou com as crianças da Vila Parisi, também em Cubatão, que haviam nascido sem cérebro, vítimas de níveis devastadores de poluição".

### *Violência da Sociedade e do Estado contra o Homem*

Há um tipo de violência cujo agente não é esse ou aquele homem, mas é a sociedade como um todo e o Estado.

Desde que se institui a sociedade, presume-se que a busca do bem-comum seja um objetivo permanente. Isso, porém, não acontece. Vemos freqüentemente sacrificar-se o objetivo original da sociedade a outros interesses que não o bem-comum, tais como lucro, a projeção pessoal, o egoísmo. Outras vezes o bem-comum é sacrificado por incúria dos próprios governantes que não o têm como fundamento da ação política.

Dá as estruturas injustas que brutalizam o homem por deixarem de atender as suas necessidades fundamentais, tais como salário justo, moradia, educação, saúde, lazer.

Esse tipo de violência pode ser ilustrado com o número de menores abandonados existentes no Brasil, cursando, à falta de outras escolas, a escola do crime.

O Estado se responsabiliza pela violência que decorre de suas estruturas envelhecidas ou inadequadas, como ausência de um Sistema de Defesa Social que realmente cumpra seu objetivo de prevenir a prática delituosa e recuperar o criminoso.

A ineficiência da Polícia, o seu desaparelhamento, o policial-militar despreparado, presídios superlotados, legislação falha, estão freqüentemente na raiz da violência e têm que ser tributados ao Estado.

## *Violência da Tecnologia contra o Homem*

A super-sociedade engendrou super-aparelhos que lhe permitem levar a sua colossal super-vida.

Usinas nucleares, auto-estradas, fábricas, represas, aeroportos, máquinas, tratores estão constantemente ameaçando a vida de milhares de pessoas, umas direta, outras indiretamente.

O homem que, ao volante de uma super-carreta, cruza o perímetro urbano, tem uma visão do mundo e da sociedade muito diferente daquele cidadão pacato que comanda um simples carro-de-bois nos recessos interioranos.

O homem que lida com os super-aparelhos da era tecnológica tem consciência da força que deve controlar e é um eterno angustiado, vive sob tensão permanente, por saber-se tão próximo de uma catástrofe.

A vida humana na super-sociedade está sempre por um fio. Qualquer descuido, qualquer erro — errar é tão humano — pode roubar o nosso dom mais precioso — a vida.

As marcas desse tipo de violência estão bem visíveis: um ônibus lotado que se desgoverna em plena via pública; o avião que cai sobre bairros residenciais; incêndios, explosões, desabamentos e uma série de acidentes, gerados pelos aparelhos, criados pela ciência, para o nosso conforto e bem-estar.

## PESQUISA CAUSAL

O princípio da razão suficiente, segundo o qual, “nada há que não tenha uma razão de ser ou de existir”, tem sido permanentemente invocado para a explicação dos fenômenos sociais.

Assim, na análise do fenômeno da violência, os estudiosos têm dedicado páginas e páginas à determinação de suas causas, enfocando a violência sob os mais variados ângulos possíveis. Veremos, em resumo, os resultados a que chegaram as várias correntes.

### ABORDAGEM HISTÓRICA

A violência não é um fenômeno dos nossos dias. Em toda a história da humanidade ela esteve presente, com os matizes e proporções características. Mas foi sobretudo após a II Grande Guerra Mundial que o mundo realmente se questionou acerca da violência. Cresceram as pesquisas, debates, seminários — em suma — cresceu a violência, e também a preocupação com ela.

Já os filósofos gregos se perguntavam se o gérmen da violência é parte da natureza humana ou se é a sociedade que o impinge.

Na Grécia antiga a glória e a abundância deram ensejo à corrupção dos costumes. A civilização romana, por sua vez, encarnava a violência nos espetáculos circenses, e já no limiar da Renascença, as Cruzadas eram uma forma de violência, continuada depois pela "Santa" Inquisição.

Do século XV em diante a opressão econômica e a violência caminharão lado a lado em episódios como a Revolução Comercial, o Novo Absolutismo Monárquico, a Guerra dos 30 Anos e a Guerra dos 7 Anos. Este clima chegou a tal ponto que, somado à revolta contra os desmandos dos governantes, desembocou na Revolução Francesa.

No século XX, as duas guerras mundiais, principalmente a 2.ª, foram exemplos gritantes da violência descontrolada, elevada às mais gigantescas e ilimitadas proporções. Basta que nos lembremos dos campos de concentração, das câmaras de gás e, sobretudo, da bomba atômica, cuja marca indelével comprometeu gerações de centenas de milhares de pessoas e até hoje é lembrada como o símbolo maior do que a violência humana foi capaz de criar.

Como não poderia ser privilégio do resto do mundo, a violência existe e sempre existiu em nosso País. Nossos colonizadores, encontrando resistência à dominação, logo lançariam mão das armas dos conquistadores: a violência, expressa pela força, a intimidação, o terror e o morticínio. A resistência de nossos índios, no Brasil colonial, resultou em luta cruel, que por sua vez propiciou o aparecimento de uma ignominiosa forma de violência, que é a escravidão. Foram 300 anos em que seres humanos, se submeteram, no Brasil, a trabalhos forçados e foram agredidos com as mais ignóbeis torturas.

Já no século atual, a violência se reveste de outras formas: é a industrialização do País e a conseqüente vinda do homem do campo para as cidades. Os valores do homem rural entram em conflito com o consumismo e a permissividade da sociedade industrial. Exaltam-se o conforto, o bem-estar e o prestígio que só o dinheiro pode oferecer. Para a imensa faixa de pessoas marginalizadas pela sociedade, a não participação dos benefícios do desenvolvimento econômico funcionam como a grande válvula ativadora da violência, principalmente urbana. É através de violência urbana que muitos procuram se realizar e conquistar os padrões que a sociedade de consumo apregoa.

## ABORDAGEM SOCIOLÓGICA

### *Violência e Comunicação de Massa*

A vida física e espiritual do homem é profundamente atingida pelos meios de comunicação de massa. Esta comunicação não se limita à transmissão de idéias entre indivíduos, mas consiste também na multiplicação da imagem,

centralizando os elementos a serem difundidos. Os meios de comunicação constituem hoje uma realidade dominante, que envolve diversos planos: familiar, social, político, econômico, histórico, psicológico, geográfico e religioso.

Os meios de comunicação foram usados, através da história, especialmente por ordens econômicas, religiosas e políticas. Exemplo disto está na Inglaterra, em que a Coroa controlou a imprensa para promover o interesse do Estado e a Igreja monopolizou as comunicações para garantir a intergridade de seus dogmas. Nos Estados Unidos o sistema de comunicação está ligado à indústria e à venda de bens de consumo; na Rússia este mesmo sistema está ligado à ordem política.

Os meios de comunicação dão destaque de primeira página à violência de toda ordem, terremotos, catástrofes e atos terroristas. Violência alimenta violência, que por sua vez interessa e motiva o homem. A televisão invade os lares mostrando crime, vício, corrupção e violência sob formas agudas.

O sexo, como objeto de exploração comercial, parece alimentar a demência e os desvios de caráter com a depravação e o aviltamento dos costumes.

Há quem diga que não, mas as comunicações de massa podem produzir evidentes incentivos à violência, uma vez que desperta ou estimula sentimentos violentos inatos nas pessoas.

### *Violência e Urbanização*

A urbanização, em si, não é causa da violência, mas um importante fator de agravamento de seus índices, podendo levar à crise social.

Em um quadro de intensa migração interna e de centralização excessiva, as cidades recebem mais gente do que podem suportar.

O resultado é a falta de ocupação para tanta gente, a insuficiência dos serviços públicos, o colapso do transporte urbano, fluxo de automóveis superior à capacidade das vias públicas, acomodação dos migrantes nos morros e bairros periféricos, formando as favelas, onde impera promiscuidade, reinam as frustrações, as tensões, os atritos, que freqüentemente, redundam em violência.

Embora não seja causa direta da criminalidade e de violência, o crescimento desordenado das cidades deve merecer atenção pelo seu papel de alimento e incentivo ao desajuste social, fator de predisposição ao ato delituoso e à agressão.

## *Violência e Ideologia*

A violência que vem tingindo de roxo a fisionomia do planeta nos mostra que os homens se matam e se agridem também por suas convicções religiosas, filosóficas e políticas.

Sendo a ideologia um conjunto de idéias, objetivos e metas, destinadas a concretizar uma visão do mundo, foi a partir do instante em que se optou pela sua implantação através da força que a "nova causa" passou a ter significação para o estudo da violência.

Nenhum país do mundo está imune à violência ideológica, sobretudo quando vem sob a forma de terrorismo, genocídio ou opressão, negando todos os princípios humanísticos e reduzindo o homem à sua animalidade irracional.

## *Violência e Desenvolvimento Econômico*

A superpopulação dos grandes centros brasileiros se fez à custa do esvaziamento do campo.

As políticas governamentais priorizaram a implantação de indústrias e construção das chamadas "obras faraônicas", atraindo para as cidades a mão-de-obra que servia à produção agrícola e à pecuária.

O campo foi também invadido por máquinas ceifadeiras, colhedeiças, tratores e motosserras, que tomaram o lugar de milhares de trabalhadores.

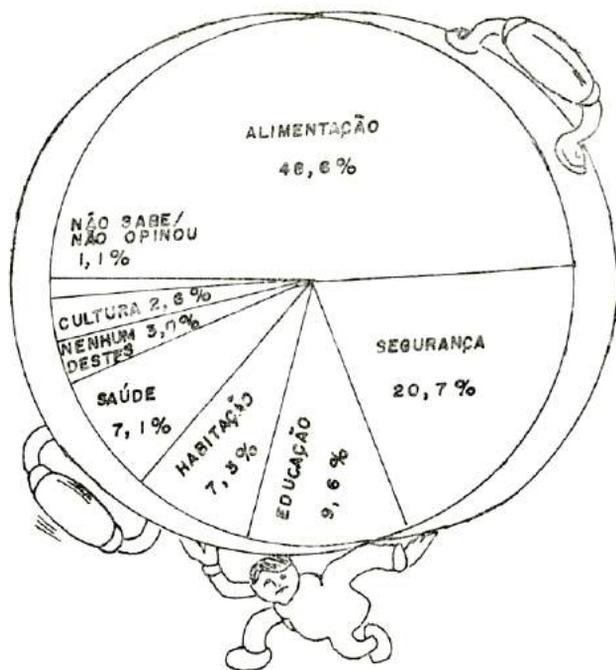
Essa mutação gerou as correntes migratórias internas, a conseqüente inchação dos grandes centros, o favelamento, a promiscuidade, o desemprego e o subemprego, o tráfico e o uso de entorpecentes, o menor abandonado, fazendo com que as causas de violência se interrelacionassem e se realimentassem reciprocamente.

O resultado foi a escalada da violência e da criminalidade nos grandes centros, a instalação da chamada violência urbana e o clima de insegurança que envolveu as megalópoles.

De todas as causas, as decorrentes do desenvolvimento econômico são as que mais interesse nos despertam, seja porque a criminalidade dele decorrente (assalto, latrocínio, homicídio, estupro, uso de tóxicos) é a que mais danos causam à convivência social, por estabelecer pânico e pavor, seja porque a situação gerada tem correção, bastando que se adotem políticas apropriadas.

A Revista "Isto É", de 26 de dezembro de 1984, veiculou, em sua parte especial, sob o título — "O País que o novo Presidente vai encontrar" — uma pesquisa de opinião pública sobre as preocupações fundamentais do povo brasileiro.

Os resultados obtidos foram os que seguem.



## AS PREOCUPAÇÕES DO BRASILEIRO

A pergunta feita pelo IBOPE, em pesquisa encomendada por ISTO É/ Gazeta Mercantil/Rede Bandeirantes, foi: "Dos seguintes problemas (alimentação, cultura, educação, habitação, saúde e segurança), qual o(a) Sr.(a) acha que deve ser o primeiro a ser enfrentado pelo governo que será eleito em 1985?" Quase metade das pessoas ouvidas em sete capitais (São Paulo, Rio, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador e Recife) respondeu que a prioridade de número um é alimentação — maior incidência em Porto Alegre, com 62,5%, diminuindo em São Paulo, para 44% surpreendentemente,

de uma certa forma, foi a segunda prioridade, a segurança, com total de 20,7%, cabendo, desta vez, a liderança a São Paulo, com 26%, seguida do Rio, 23%. A capital com menor índice de preocupação com a questão da segurança foi Salvador, 8,5%, onde se demonstrou maior interesse pela educação e saúde, cada uma com 10,5%. Última das prioridades, no plano geral, foi a cultura, apenas 2,6%. Mas, em Curitiba, já responderam que a grande prioridade é a cultura. Problema relevante é o da habitação, quarta das prioridades gerais, com, 7,3% — e preocupa 9% dos ouvidos em Porto Alegre. Apenas 3% disseram que a mais grave questão a ser enfrentada pelo próximo governo não estava incluída no questionário (maior percentual em Salvador: 8%), enquanto 1,1% não soube opinar.

Despontando em 2.º lugar, sendo batida somente pelo item “alimentação”, a segurança é preocupação prioritária de 20,7% do universo consultado.

A própria revista comenta que “ninguém poderia imaginar, vinte anos atrás, que uma pesquisa de opinião pública, realizada nas sete maiores capitais do País, indicasse que a segurança individual do cidadão estivesse entre as cinco questões mais importantes que o novo Presidente da República teria que enfrentar. A pesquisa encomendada ao IBOPE por Isto É/Gazeta Mercantil/Rede Bandeirantes mostrou que a segurança não só está entre os cinco maiores problemas nacionais, mas é o segundo, com 26%, na ordem de importância. Afloram em todos os Estados brasileiros, a cada dia, reivindicações firmes dos contribuintes por maior proteção contra a explosão da violência urbana”. Continua a reportagem: “A persistência da curva da criminalidade em direção ascendente está deixando um traço indelével em toda a sociedade, esse difícil de apagar: acostuma-se com a idéia de que um morto na batalha das ruas nada mais é que um número nas estatísticas policiais. E, por fixar-se na sobrevivência individual, o cidadão pode esquecer-se, às vezes, do valor incalculável da vida humana”.

Entretanto, a muitos passa despercebida a necessária ligação entre a falta de alimentação e a falta de segurança, que convém analisar com maior profundidade, para alcançar-se a verdadeira significação.

A Psicologia moderna, ao estudar o comportamento humano, tem feito ressaltar o fato de que ele é sempre motivado, ou seja, é provocado por necessidades naturais, internas, próprias do homem. O comportamento é, pois, satisfação de uma necessidade.

Maslow, pesquisou que as necessidades não se situam no mesmo nível. Há uma hierarquia entre elas. Isso fez com que ele as representasse numa pirâmide, em cuja base coloca as necessidades fundamentais do ser humano.



Como podemos verificar, figura como necessidade primeira a carência de ordem fisiológica, identificada como preponderante, porque tende a ter força mais alta, até que seja, de algum modo, satisfeita. "São as necessidades humanas básicas para a manutenção da vida: fome, sede, roupa, abrigo, necessidade de sono, do oxigênio, da alimentação, do sexo e tantas outras atividades que ajudam a manter um estado físico satisfatório. Por exemplo: para uma pessoa que está em estado crônico de fome ou sede, somente o alimento e a água lhe interessam. Nada mais a preocupa".

Depois das necessidades fisiológicas, surge a necessidade de segurança, ou seja, "a necessidade de estar livre do perigo físico ou privação das necessidades fisiológicas básicas. É uma necessidade de preservação. Se a segurança de um homem está em perigo, outras coisas parecem pouco importantes. A satisfação dessa necessidade requer uma real segurança física e, ainda uma sensação de estar protegido dos males e danos, tanto físicos como emocionais".

A pesquisa de "Isto é" confirma a teoria de Maslow.

No tocante à Segurança Pública, ela nos deixa a certeza de que nesse campo residem os reflexos, as conseqüências de necessidades básicas não satisfeitas. Convocou-se um mutirão contra a violência, contra a insegurança existentes em grandes centros, guardadas as diferenças regionais e culturais.

Assiste-se, também, à convocação de um mutirão contra a falta de alimentação. Só assim se dará equilíbrio ao perfil das necessidades, uma vez que, estando razoavelmente satisfeitas as necessidades fisiológicas e de segurança “aparecerão, como dominantes na estrutura, as necessidades sociais”, representativas de verdadeiro desenvolvimento, de progresso e de bem-estar social.

## ABORDAGEM PSICOLÓGICA

Esta abordagem procura situar a causa da violência numa “agressividade inata” do homem.

Freqüentemente, porém, condições subumanas de vida, que impedem o desenvolvimento da razão, fazem prevalecer, no homem, os instintos. Há, em verdade, uma série de atos violentos somente explicáveis por agressividade instintiva. Grande número de marginais, massacrados pelo fome e pela miséria, têm reduzida a sua capacidade de julgar e assimilar valores. São comandados pelo instinto da sobrevivência (fome), que os leva ao latrocínio e ao assalto e pelo instinto da conservação da espécie (sexo que os leva à violência sexual contra suas vítimas. Neles não existe aquilo que chamamos “espírito”, ou seja, a faculdade de elevar-se acima de necessidades fundamentais, transcendendo à animalidade.

Essa posição sugere um certo determinismo ou fatalidade, segundo a qual a violência é algo que temos que suportar, porque é própria da natureza humana, levando ao imobilismo, à inação.

Mas, o ser humano tem, como principais atributos de seu psiquismo, a razão e a inteligência, que dirigem e coordenam todos os demais. Através desses atributos procura dominar-se e guiar-se em qualquer situação.

Portanto, as causas psicológicas da violência podem ser erradicadas, já que o homem é condicionado pelo meio em que vive.

## ABORDAGEM PARTICULAR

Através de nossa vivência diária, privilegiamos outros fatores, cuja relevância é também, muitas vezes, enfatizada pelos meios de comunicação ou trabalhos sobre o assunto, e que entendemos tão ou mais prejudiciais que as retro-listadas.

Nem sempre constituem, em si, causas da criminalidade, mas são procedimentos, atitudes, tendências, ensejadas pelo próprio clima de insegurança, que afetam diretamente o trabalho preventivo da Polícia Militar.

Poderiam ser enquadrados em uma das categorias acima consideradas, mas, abandonando aquela divisão didática, devem ser destacados pela importância que têm para a instituição de manutenção da ordem pública:

## A FACILIDADE DO CIDADÃO EM SE ARMAR

É muito fácil o acesso do cidadão a uma arma: além das numerosas casas especializadas a oferecer facilidades para pagamento, sobrevive uma extensa rede de comércio clandestino. Não é menos fácil a obtenção do respectivo porte legal, uma vez que as exigências não constituem grande obstáculo.

O porte de arma pelo cidadão, além de se constituir em ilícito previsto na Lei das Contravenções Penais, quando ilegal, como proteção pessoal é de eficiência duvidosa, pois, o delinqüente tem sempre a seu favor o fator surpresa. Acrescente-se o risco de retaliação do criminoso, sem contar o risco de acidentes pessoais.

A experiência tem demonstrado que as vítimas constituem importante fonte de armas para os bandidos. Como regra, só um profissional de Segurança Pública deve portar uma arma e mesmo assim deverá estar adestrado e psicologicamente preparado para isso.

## A NÃO APLICAÇÃO DA LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS

De 1981 até 1984, a Polícia Militar apreendeu, apenas na Região Metropolitana de Belo Horizonte, cerca de 82.000 (oitenta e duas mil) armas. A cifra é elevada. Todavia, há evidências de que esse arsenal apreendido retorna rapidamente às origens. Essa afirmação pode ser corroborada com cálculos e fatos.

O Boletim Estatístico Operacional, do Comando de Policiamento da Capital, ano 1983, elaborou um estudo de correlação entre o volume de armas apreendidas e a incidência de crimes violentos. O Estudo partiu da hipótese de que haveria uma relação inversa entre as duas variáveis, isto é, havia expectativa de que o crescimento das apreensões faria declinar a incidência dos referidos crimes. Os coeficientes, porém, revelam-se inexpressivos e próximos a zero, sugerindo uma relação nula. Entre as hipóteses levantadas para a explicação do fenômeno, figura a de um célere mecanismo de rearmamento dos bandidos.

Inexiste uma severa aplicação da Lei das Contravenções Penais. A política da Polícia Militar tem enfatizado a repressão contravencional para aumentar a prevenção criminal, pois a contravenção é ante-sala do crime. Todavia, não há ressonância a essa política. Em tese, as 82 mil armas apreendidas, nos últimos anos teriam gerado milhares de inquéritos contravencionais, o que, efetivamente, não aconteceu. Ratificamos que a contravenção é a ante-sala do crime e, por esta razão, continuamos a tarefa de desarmar a população, convictos de que é atitude imprescindível no controle da violência urbana.

Impõe-se, ainda, uma atenção maior à contravenção, já que outras também têm passado em branco, como: venda de bebidas alcoólicas a menores, facilidade de acesso de menores a casas de jogos, falsa mendicância, etc.

## DEFICIÊNCIAS ESTRUTURAIS DO PODER JUDICIÁRIO

Em que pese a eficiência de nossos magistrados, sabemos que nossa máquina judicial é morosa e, por isso, não tem dado respostas rápidas aos fatos criminosos. A agravar esse quadro, temos, nos últimos anos, uma vigorosa expansão dos ilícitos. Assim, retardando respostas, o criminoso, além de beneficiado, é estimulado a prosseguir na senda do crime. A população, por seu turno, frustra-se e passa a desacreditar na Justiça e, por decorrência, também na sua Polícia. Passa a predominar na comunidade a sensação de impunidade. Essa sensação leva a população a desacreditar nas autoridades constituídas e nos Sistemas de Segurança Pública, de Perseguição Penal e de Justiça Criminal. É comum a prisão periódica (por mais de uma vez) de indiciados que têm seus processos em andamento nas Varas Criminais. Enquanto aguardam, reincidem.

## FALHAS NO SISTEMA PRISIONAL

É de todos sabido que inexistente uma boa rede de estabelecimentos penais, incluindo os presídios de segurança máxima destinados aos criminosos de alta periculosidade.

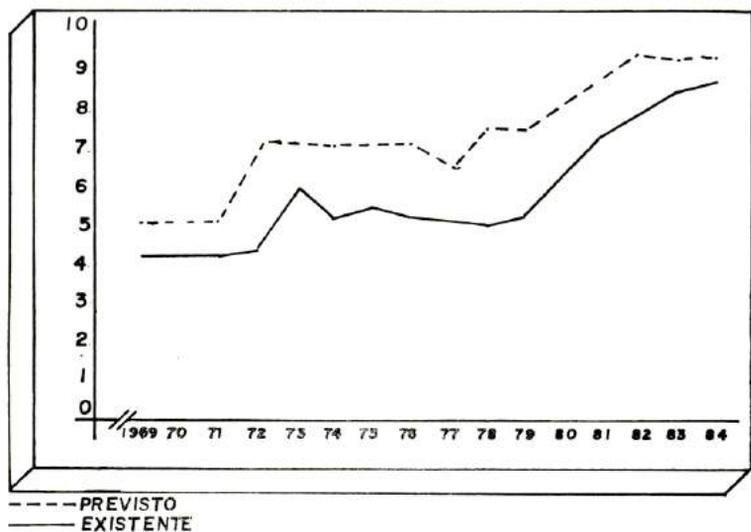
Os nossos presídios não têm cumprido o seu papel de recuperar o delinqüente. Ao contrário, são numerosos os casos em que o criminoso é “aperfeiçoado” nos estabelecimentos penais, onde existem quadrilhas organizadas e que, inclusive, recrutam novos membros nas próprias prisões.

São por demais conhecidos os casos de ações criminosas planejadas e orientadas no interior de presídios, onde funcionários despreparados para a função têm funcionado como elo de ligação, prestando-se inclusive, para a introdução de armas e tóxicos nos estabelecimentos.

Por outro lado, muitas facilidades têm sido permitidas a perigosos facínoras, através do instituto da Prisão-Albergue. Em decorrência, numerosos crimes (estupros, assaltos, homicídios, etc.) têm sido praticados por presidiários que ostentaram bom comportamento no interior do presídio. Para citar apenas dois casos recentes, temos o assalto do então Secretário de Estado do Planejamento e a evasão do perigoso facínora de alcunha “Cabelinho de Fogo”, que inquietou Belo Horizonte, por algum tempo, sendo preso pela PM, sem nenhuma reação.

Que o privilégio seja aplicado, até intensamente, ao criminoso ocasional, é de todo razoável e conveniente. Entretanto, é de não se admitir a extensão do benefício ao criminoso habitual.

## EVOLUÇÃO DO EFETIVO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



### DIFICULDADE DO ORGANISMO POLICIAL

Segurança Pública é uma atividade onerosa para o Estado. Contrastando com essa evidência, existe a realidade da grande carência de meios do aparelho Policial, dificultando os propósitos de obstaculizar oportunidades e dissuadir vontades de delinqüir.

Nos últimos 7 anos, como exemplo, não obstante a abrupta transformação ocorrida na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em termos de crescimento demográfico e econômico, e de todos os problemas sociais que acompanham o fenômeno da urbanização desorganizada, o efetivo para o policiamento da RMBH cresceu 81,9%, isto é, passou de 4.890 para 8.895. No mesmo período o volume criminal de ocorrências saltou de 80 mil para 275.358 (244%).

Restrições diversas têm dificultado a atualização do efetivo, bem como sua melhor formação e treinamento.

A presença do policial fardado, nos diversos locais possíveis de ocorrência, é uma necessidade e os efetivos insuficientes dificultam ou tornam impossíveis essa presença constante, sob pena de sacrificar demasiadamente o policial.

Em Minas Gerais, a proporção é de 1 PM por 1.099 (na Capital: 1/366; no Interior: 1/733;) e não temos perspectivas de uma diminuição significativa dessa relação em futuro próximo, devido a problemas econômicos.

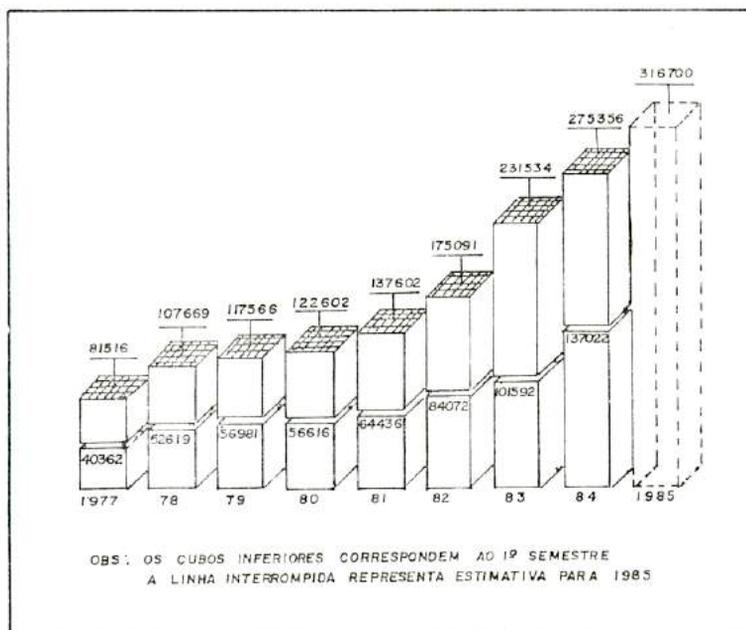
As restrições orçamentárias vinham refletindo diretamente na Segurança Pública por outras vias, além do efetivo. Com a redução das cotas de combustíveis, as viaturas passam mais tempo imobilizadas, com evidentes prejuízos no radiopatrulhamento motorizado. Contudo, atendendo à proposta da PMMG, o Governador vem liberando recursos para a área logística. Assim é que, recentemente, incorporamos 412 novas viaturas à frota, que, em breve, será acrescida de mais 147.

Em síntese, diríamos que há carência de recursos para melhor prestação de serviços. Estas deficiências têm sido supridas pelo entusiasmo, dedicação e espírito público. Modestamente, podemos afixar que o nosso grau de operacionalidade é alto, e, sem qualquer velocidade, seria mais elevado, se dispuséssemos dos recursos em maior quantidade e melhor qualidade.

### FROTA ATUAL

EMPREGO	QUALIDADE	%	IDADE MÉDIA
Operacional .. . . .	2.164	88,9	4,918
Administrativo .. . . .	270	11,11	8,285
<b>TOTAL . . . . .</b>	<b>2.434</b>	<b>100,0</b>	<b>5,891</b>

### OCORRÊNCIAS NA RMBH, NOS ÚLTIMOS ANOS



## JUVENTUDE

A participação do menor de 18 anos na criminalidade e na violência está crescendo de forma assustadora, mostrando que o menor carente ou abandonado tem deixado de ser criminoso "em potencial" para sê-lo "de fato".

Começaram a se confirmar as previsões, inclusive a do CPI do menor, constituída em 1975, segundo a qual, "um país que conta com um terço de sua população infanto-juvenil marginalizada enfrentará no futuro os maiores problemas sociais do mundo, inclusive no tocante à marginalidade".

No contexto geral da Violência Urbana merece, pois, atenção especial, o caso do menor carente ou abandonado. É preciso que a sociedade se mobilize, estancando causas, com o fim de salvar, pelo menos, as crianças.

A tabela abaixo ilustra, em tons sombrios, o abandono e o drama da juventude em Belo Horizonte, dados de 1984:

FAIXA ETÁRIA	Homicídio Lesões Corporais	Furto Roubo	Estupro	Tóxicos Entorpecentes Geral	Geral
Prov. menor .. .. .	0,8%	3,5%	6,9%	0,9%	2,8%
08 - 13 anos .. .. .	1,0%	3,2%	( — )	10,0%	3,6%
13 - 18 anos .. .. .	5,7%	5,6%	8,3%	23,5%	7,5%
18 - 23 anos .. .. .	16,4%	5,5%	18,0%	35,0%	10,4%
23 - 28 anos .. .. .	16,3%	3,2%	13,9%	19,9%	7,1%
28 - 33 anos .. .. .	13,8%	1,4%	8,3%	6,6%	3,8%
33 - 38 anos .. .. .	7,9%	0,9%	4,2%	1,5%	2,1%
38 - 43 anos .. .. .	5,9%	0,4%	1,4%	0,9%	1,4%
43 - 48 anos .. .. .	5,1%	0,3%	( — )	0,1%	1,0%
48 - 53 anos .. .. .	2,3%	0,2%	( — )	0,1%	0,5%
53 - 58 anos .. .. .	3,3%	0,3%	5,6%	0,1%	0,7%
Prov. maior .. .. .	7,1%	10,5%	8,3%	0,6%	8,9%
Não determinada .. ..	12,2%	65,0%	25,0%	0,9%	50,1%

Considerada a totalidade da amostra pesquisada ("provavelmente Menor + Menor de 18 anos") sua participação foi de 13,9%. Quando todavia, nos limitamos aos casos em que a idade foi registrada, essa participação salta para 29,5%. A primeira participação pouco tem-se alterado (12,9%, em 1981). A segunda, todavia, sofrera sensível queda nos últimos anos: 8,8% em 1978, 22,9% em 1980, 19,9% em 1981 e 18,6% em 1982. Em 1983 ela deu indícios de que voltara a cercear ao registrar a taxa de 20,2% que, em 1984, chega a seu ponto mais elevado (29,5%).

Os menores (de idade confirmada) têm-se mostrado particularmente ativos nas ocorrências "Contra o patrimônio" e "Tóxicos/Entorpecentes" onde sua participação foi de 42,1% e 34,3% respectivamente, contra 28,0% em 1983. De qualquer modo, é preocupante verificar um crescimento tão elevado na participação de Menores em crimes.

Analisando separadamente os agentes envolvidos nas ocorrências de furtos e roubos/assaltos, abrangidos pela amostra, constata-se que os jovens marcam acentuada presença nessa modalidade. Assim é que 42,3% dos furtos e 41,1% dos roubos/assaltos são cometidos por menores de 18 anos e 67,4% e 75,4%, respectivamente, por menores de 23 anos.

A problemática dos menores de 18 anos agravou-se notavelmente em 1984: sua participação nos furtos cresceu nada menos que 47,4% em relação a 1983. Nos roubos/assaltos o problema não é diferente: a participação disparou 93,9% em relação a 1983. Constata-se, assim, que um expressivo contingente foi introduzido no crime em 1984.

Os furtos e roubos, em sua maioria, são praticados por jovens entre 13 e 28 anos. Vejamos:

— Furtos: 66,3% (78,4% em 1983 e 76,1% em 1982): a queda em 1984 resultou de redução na faixa 23-28 anos e aumento na faixa 08-13 anos;

— Roubos: 83,0% (88,8% em 1983 e 87,8% em 1982).

A análise da atuação dos menores nas ocorrências contra o patrimônio revela que a ação destes predominou nos furtos em via pública: 58,4% dos furtos praticados por menores se deram nessa circunstância, 12,0% a residências e 29,6% a estabelecimentos. Com roubos/assaltos não foi diferente: 84,8% foram praticados em via pública.

As opções que se oferecem à juventude (ocupação honesta, educação, cultura, esporte) não têm crescido na medida necessária, ensejando a que grande quantidade de jovens permaneçam sem ter o que fazer, sem qualquer perspectiva, situação que favorece a opção pela contravenção, pelo crime e pela violência.

Problemas econômicos, somados à falta de uma política de fortalecimento da comunidade familiar; êxodo rural; a ausência de política educacional que explore e oriente as potencialidades da juventude; a falta de melhor concepção da assistência e amparo ao menor abandonado; a necessidade de reformulação de estabelecimentos destinados aos menores delinquentes agravam ainda mais a situação.

No início do mês de junho, a PM prendeu o perigoso bandido Tesourinha, há um ano foragido do Centro de Reeducação de Neves, condenado a 34 anos de prisão em apenas quatro processos. Tesourinha chefiava uma gang de 61 marginais, inclusive algumas mulheres que serviam de “pombo-correio”, isto é, procuravam uma casa elegante, ofereciam seus serviços de doméstica e relatavam a Tesourinha como deveria ser feito o assalto. A carreira desse bandido é típica e ilustra muito bem o trágico destino de nossos jovens e das crianças hoje ao desamparo e abandono:

“Tesourinha, que tem 28 anos de idade, 14 dos quais vividos no mundo do crime, começou como todo bandido: furtando pequenos objetos.

Abandonado pelos pais, Tesourinha teve pouco convívio com sua mãe, que não teve condições de oferecer a ele uma vida melhor. Começou a perambular pelas ruas, juntando-se a um bando de menores. E como todo menor abandonado, o perigoso marginal comia restos de alimentos deixados nas latas de lixo, dormia sob as marquises e passou algumas vezes pela Delegacia de Repressão e Orientação de Menores. Foi entregue a sua mãe, em algumas oportunidades, mas a falta de estrutura da família não permitia uma educação adequada ao menor, que passou a praticar furtos de grande vulto. Quando atingiu a maioridade, Tesourinha armou-se com um revólver calibre 38 e passou a atacar casais de namorados. Como outros marginais, começou a assaltar residências e casas comerciais. A maconha também lhe proporcionava algum lucro, e logo uniu-se com traficantes. Tesourinha imbuu-se do espírito de liderança e assumiu o comando do grupo, que iniciou com 4 assaltantes, além do chefe. Com o correr dos tempos, Tesourinha conseguiu montar uma gang composta de cinco ladrões considerados os mais perigosos”.

## CRIMES DO “COLARINHO BRANCO”

Os crimes “do colarinho branco”, que afetavam parcela social mínima, tendem a crescer, o que vem gerando inquietação coletiva. Uma exigência imediata da sociedade brasileira é de que tais fatos sejam tratados como consequência de dolo, de irresponsabilidade, de má fé. Não mais se toleram os paternalismos, a visão de que aqueles delitos são decorrentes de infortúnio ou má sorte nos negócios. Não mais se admite a impunidade, principal incentivo a que se as ocorrências indicadas grassem e proliferem, o que pode conduzir, também, à comoção, isto é, aquele mesmo sentimento de revolta e indignação que sucede à notícia de crime violento.

## CRISE DE AUTORIDADE E RESPONSABILIDADE

Abrem-se aqui parênteses, para mencionar outro fenômeno social típico da vida moderna que é a crise de autoridade e de responsabilidade. Manifesta-se tal fenômeno, não apenas pelo menosprezo do cidadão por toda e qualquer autoridade, mas também por uma recusa de própria autoridade em exigir a obediência e o respeito à hierarquia, abrindo-se, assim, ampla avenida ao solapamento da ordem jurídica, da convivência social e da escala de valores da sociedade.

## A PMMG FRENTE A VIOLÊNCIA URBANA

### A QUESTÃO CRIMINAL E A VIOLÊNCIA URBANA

Pelo que temos falado até agora, não haveria violência que não fosse urbana, já que o homem, sujeito e objeto da violência, está nas cidades, grandes ou pequenas.

O conceito de violência urbana seria quase que a violência sem adjetivos e envolveria todo tipo de agressão, desde o desastre ecológico até o terrorismo.

Se acompanharmos a gênese da expressão violência urbana, veremos que, surgida nos meios jornalísticos, constitui a nova roupagem da questão criminal, que, com a industrialização em grande escala e surgimento dos meios de comunicação de massa, adquiriu novos contornos, incorporando elementos inusitados.

Com efeito, foi a partir dos anos 70 que começaram a surgir, entre nós, os primeiros sinais do fenômeno, que coincidiu com a crise de energia e conseqüente elevação dos preços de petróleo.

Agrava-se também, nesse período, a questão social. Atingimos a cifra de quase 100 milhões de habitantes mal distribuídos demograficamente, superlotando os grandes centros, em intermináveis correntes migratórias internas, multiplicando os já sufocantes problemas das regiões metropolitanas e cidades de porte médio.

A figura do migrante, forasteiro em busca de emprego, mão-de-obra desqualificada, geralmente analfabeto, cheio de filhos, amontoado em barracos insalubres nas encostas dos morros periféricos, passou a ser o símbolo mais eloqüente do drama em que se mergulhavam as cidades brasileiras.

Ao concentrar a população, recebendo gente além de sua capacidade, os problemas dessa massa flutuante desempregada ou subempregada também ficaram visíveis, palpáveis, enquanto crescia a consciência de que era praticamente impossível, dentro da conjuntura econômica de crise, solucionar o impasse.

Simultaneamente, já se achavam instalados no Brasil os grandes complexos industriais, achavam-se em curso as obras monumentais, consumindo recursos nativos e provocando desequilíbrios ambientais.

Automóveis, ônibus e caminhões passaram a disputar o exíguo espaço urbano com pedestres indefesos, transformando cidades, outrora recantos aprazíveis, em selvas perigosas e inóspitas.

Cresceu, então, o número de indivíduos desajustados, mal formados, propensos ao crime. Os assaltantes aperfeiçoaram seus métodos e exportaram esse maligno "know-how".

O crime organizou-se. Surgiu o componente da violência. Assaltos, latrocínios, consumo de drogas, violência sexual, amalgamaram-se e deram origem ao super-bandido da super-sociedade, ao "profissional" do crime.

Essa situação ganhou os meios de comunicação social e ali foi batizada de Violência Urbana.

Tratou-se de analisar detalhadamente o fenômeno, distinguindo-se nele o que era realmente significativo, essencial, e aquilo que não passa de gene-

ralizações, de críticas inconsistentes, de falsas premissas, auferidos de aparências e acidentes.

Viu-se, então, que, com as aceleradas transformações experimentadas pela sociedade brasileira, nas duas últimas décadas, a criminalidade, não só aumentara em quantidade, mas adquiria uma nova qualidade: a violência. Violência Urbana nada mais é que a nova feição do crime, em consequência de mudanças estruturais e conjunturais.

Compõem-na, particularmente, os crimes que causam danos irremediáveis à vida social, corroendo seus alicerces. A incidência, em escala ascendente, de sua manifestação mais violenta (homicídio, estupro, assalto, latrocínio, extorsão, seqüestro), causando comoção generalizada, face à expectativa de as pessoas se considerarem "a próxima vítima".

Apresenta-se como elemento altamente desagregador, afetando o pacto natural de cooperação, de respeito mútuo, de valorização da vida alheia e do patrimônio individual, ensejando, numa situação mais grave, a destruição da sociedade, que, em seu sentido original, é ajuda recíproca, vida em comum, disciplinada e estabilizada pela ordem, justiça e harmonia.

Contudo, a questão criminal sempre constituiu preocupação fundamental da Polícia Militar, por força de sua missão multissecular de manter a Ordem Pública.

A PMMG jamais deixou de acompanhar a evolução da sociedade de que faz parte. Preparou-se rapidamente, modernizou sua estrutura, profissionalizou-se e formulou estratégias com vistas a antecipar-se e opor resistência aos primeiros sinais da tendência ascensional da criminalidade e da violência.

A partir de 1967, com as transformações impostas pelo Decreto-Lei 667, teve ampliado o seu quadro de emprego e alcançou a exclusividade do Policiamento Ostensivo em Minas Gerais.

A exclusividade representou um considerável avanço, para as atividades de Manutenção da Ordem Pública, no Estado, não só pela unidade de comando e ação que proporcionou, mas também pela conjugação de esforços e harmonização de atividades sob o pálio da disciplina, hierarquia e demais fatores policiais-militares.

A Corporação, voltada para missões claramente definidas em lei, introduziu importantes modificações em sua estrutura organizacional, adestrou-se meticulosamente, consolidou a doutrina, embasando-a em princípios lógicos e realísticos, fez evoluir os meios, a fim de responder eficazmente às necessidades crescentes de Segurança em todo o Estado.

Encontrando uma Polícia Militar fortemente apoiada nos sentimentos e anseios comunitários, próxima do cidadão, ocupando, senão todos, pelo menos os principais locais de risco, a chamada Violência Urbana manifestou-se em Minas Gerais, mas aqui não se instalou.

Mantém-se, em Minas, o ambiente de segurança, apesar dos problemas sociais e da crise econômico-financeira que nos atingem. O povo mineiro confia em sua Polícia, acredita em sua capacidade de eliminar ou reduzir riscos. Enquanto, nos outros centros, 6 em cada 10 habitantes já foram assaltados, em Minas, esse índice não vai além de 3 em cada 1.000 habitantes. Ainda é possível ao cidadão de Belo Horizonte sair à noite sem ser molestado.

## TEORIAS — PMMG

Estas constatações carecem de uma análise mais aprofundada. Foram formuladas algumas teorias que nos permitem entender as razões pelas quais os índices de criminalidade e violência em Minas permanecem em níveis suportáveis: a da "Síndrome da Violência Urbana", a das "Realidades Culturais Diferentes", a do "Vértice de Causas e Efeitos", a da "Compatibilização Eficaz" e a da "Nova Defesa Social".

## TEORIA DA SÍNDROME DA VIOLÊNCIA URBANA

A expansão dos meios de comunicação social transporta a imagem e o fato às mais longínquas regiões, na velocidade da luz, espalhando a notícia de crime com a mesma eficácia com que veicula mensagens comerciais.

Problema específico das metrópoles e, por vezes, de cidades de porte médio, a "síndrome da violência urbana" é transportada indistintamente para os pontos mais distantes e longínquos do território nacional, que passam a viver, solidariamente, o mesmo clima de insegurança vivido pelos grandes centros.

Aliás, a esse respeito, o Relatório do Grupo de Trabalho de Juristas, constituído, no auge da "síndrome da violência urbana", pelo então Ministro da Justiça, Petrônio Portella, através da Portaria 689, de 11 de julho de 1979, assim se manifesta sobre relação dos meios de comunicação com a violência e a delinqüência:

"Este grande elemento de informação que é a imprensa honesta, sóbria e dignificante, está sujeito, em alguns casos, a uma orientação errônea que altera e perverte o fato, fazendo flutuar a opinião pública, opinião despreparada culturalmente, para rumos incertos, desconhecidos e até perigosos na apreciação dos julgamentos penais.

A Justiça Criminal para ser distribuída, fica, não raro, ao sabor do posicionamento da imprensa, que orienta a opinião pública ao sabor de seu desejo, nem sempre coincidente com os mais altos propósitos das decisões penais. Assim como se fala da violência institucionalizada da Polícia, seria possível falar-se da violência que os meios de comunicação resolveram institucionalizar. Páginas inteiras falando com linguagem desabrida, adjetivação escandalosa, das liberdades sexuais, das luxúrias, dos costumes, da

libertinagem das criaturas humanas; falando dos crimes de sedução, de estupro, de assalto, de roubo, de seqüestro, de extorsão, como se tudo isso fosse o grande e principal elemento de cultura para inteligência do povo brasileiro”.

Howard Jones, analisando o crime na sociedade em evolução, afirma que “a imprensa dedica muito espaço ao crime e muito mais espaço a crimes de violência e sexo do que a sua importância na contextura geral poderia justificar. Muitos jornais sobrepõem a preocupação de atrair leitores à de dar notícias e, no que respeita a notícias de crimes, isso traduz-se num apelo ao interesse que a violência e o sexo em nós despertam”.

A narração do fato criminoso é, às vezes, tão minuciosa que pode ser considerada divulgação de “técnicas” de assalto a banco, de roubo de automóvel, de fraudar e de burlar a lei, quando não incentivam e encorajam os indecisos, transformando-se em elemento propulsor de tendências reprimidas.

Poderíamos também fornecer aqui uma extensa lista de crimes largamente noticiados pelos meios de comunicação, que passaram a fazer parte do inconsciente coletivo, estando ali bem gravados, atuando como “provas” de que “a violência está aumentando”, de que “o governo é inoperante” ou de que “vivemos uma nova barbárie”.

Quem não se lembra do seqüestro de Luiz Carlos Jatobá e Mizaque José Marques; de Doca Street e seu polêmico julgamento; da prisão do médico Hosmany Ramos; do caso Marli, a empregada doméstica, cujo irmão teria sido morto por policiais; do linchamento de Cantagalo; da menina Talita, assassinada no colo da mãe, durante assalto a uma agência bancária e tantos outros.

Embora, aqui em Belo Horizonte, não estejamos vivendo aquele contexto, urge dizer-se que a comunidade começa a ser envolvida pelo clima que reina em outros centros, graças, sobretudo, à divulgação maciça de crimes, no bojo de uma pretensa “onda de violência”, menos pela realidade concreta.

Mecanismo idêntico deve estar ocorrendo fora de nossa Capital, em virtude do “Sorteio da Morte”, elaborado por presos locais, que foram alvo de intensa divulgação.

Contagiada, a população tende a assimilar o problema e submeter-se a seus efeitos, embora não viva e nem haja elementos comprobatórios para determinar esse comportamento.

A Criminalidade em Belo Horizonte, nesse período, foi banhada pelas cores sombrias da “síndrome da violência urbana”.

Seu aspecto psicológico leva as pessoas a acreditarem no crescimento uniforme de crimes violentos, pondo, inevitavelmente, o cidadão, no grande centro ou na vila mais distante, na posição de “próxima vítima”.

Portanto, convém que a comunidade seja informada sobre a dimensão real dos riscos e das providências que são efetivamente tomadas para a sua redução, encorajando-a na luta contra o crime, visando a minimizar o aspecto psicológico da "síndrome da violência urbana".

É nossa preocupação medir com exatidão a incidência criminal, com base em dados estatísticos altamente confiáveis, estabelecendo a dimensão do problema, isto é, depurando o aspecto real da "síndrome".

Entendemos que o verdadeiro ambiente de segurança é obtido pela combinação do aspecto objetivo, que é a ausência real de risco, desiderato dos órgãos de defesa social, e pelo aspecto subjetivo, definido como crença nessa ausência real de riscos, a ser cultivada e reforçada junto ao corpo social.

Não negamos o óbvio. A lógica dos fatos indica que a criminalidade violenta cresce também em MG, guardando características e dimensões peculiares. Há riscos reais, que se somam às vezes a ressonância da incidência criminal de outros centros. O enfoque da opinião pública, porém, é a soma da lógica dos fatos com a lógica do aspecto subjetivo, resultando daí um medo excessivo de efeitos danosos e preocupantes.

O exame dos números estatísticos não deixa provas concludentes sobre a veracidade dessa lógica. Ao contrário, através das análises sobre os dados estatísticos da violência em Belo Horizonte, fica explícito que toda conjectura que se faça a respeito da relação entre o crime e a "síndrome da violência urbana" deve ser vista com reservas.

## TEORIA DAS REALIDADES CULTURAIS DIFERENTES

O Brasil é uma Federação, formada pela União indissolúvel dos Estados membros. Do ponto de vista da União, há um esforço de uniformização, que dispensa aos Estados indistintamente o mesmo tratamento, sem levar em conta a realidade cultural que subjaz em cada um deles.

Esta posição uniformizadora é a que prevalece. Não apenas o cidadão brasileiro, do Oiapoque ao Chuí, pensa em termos de Brasil uno e uniforme, mas também os meios de comunicação de massa, operando em rede nacional, reforçam e realimentam permanentemente esta crença.

O primeiro esforço, portanto, é distinguir as realidades culturais regionais, que, como se afirmou, permanecem subjacentes ao esforço unificação. Cada Estado deve ser observado de acordo com sua própria realidade, devendo levar-se em conta, obrigatoriamente, o estágio de desenvolvimento, a densidade demográfica, a escala de valores, índole e costumes populares, enfim, sua cultura.

A realidade cultural de Minas Gerais é outra!

Não se trata de dizer que os mesmos problemas verificados, em maior ou menor escala, nos outros centros aqui não se manifestam. O país é o mesmo. Os sistemas político, econômico e social valem para toda a federação. Temos menores abandonados, lutamos contra efeitos deletérios da crise econômico-financeira por que passa o país, temos criminalidade em tendência ascensional. Temos violência. Temos deficiências.

Minas Gerais, porém, apresenta um conjunto de fatores, fortemente arraigados na índole do povo, que nos permitem afirmar que, no tocante à Segurança Pública, a situação do Estado é singular. A PMMG, longe de ser vista pela Sociedade como uma força de pressão e repressão, como algoz, é tida pela gente mineira como eficiente instrumento gerador de tranquilidade, como importante condutor ao bem-estar social.

Existe, por parte da comunidade e dos meios de comunicação de massa, a preocupação em não atingir, em suas colocações críticas senão a pessoa do mau profissional, que por acaso venha a errar, preservando a Corporação como um todo, considerada “verdadeiro patrimônio do povo mineiro”, conforme expressão de parlamentares em recente pronunciamento.

Este traço característico tem dupla significação: facilita a criação e a manutenção do ambiente de segurança, pela confiança da comunidade na capacidade da corporação em minimizar riscos e dá ao PM de Minas a responsabilidade de corresponder ou até superar as expectativas da comunidade.

O velho modismo de “falar mal da Polícia”, as generalizações danosas, que colocam mal aquelas instituições perante a sociedade e aumentam a ousadia e a coragem dos malfetores, são práticas já sepultadas pelos formadores de opinião pública e por nossas principais lideranças.

Compreendeu-se que o descrédito da PM, intencional e maldoso, redundava em desmoralização e prejuízo para a própria sociedade, já que a Força Pública é tecido do próprio organismo social, é a sua defesa e garantia.

O melhor retrato já traçado da psicologia do povo mineiro, cuja citação nos ajudaria a compreender a nossa realidade, foi traçado por Alceu Amoroso Lima. Diz aquele eminente pensador que constituem qualidades preciosas do temperamento mineiro: o espírito conservador, a tendência à estabilidade e à segurança. As palavras de Alceu Amoroso Lima vêm confirmar o que já é ditado popular por aqui: “o mineiro possui o senso grave da ordem”.

Dessa forma, não se aplicam a Minas Gerais as generalizações, não apenas no tocante à criminalidade e à violência, mas também no que tange à PM, Corporação que sintetiza a sobriedade, o equilíbrio e o bom senso mineiro.

## TEORIA DO VÉRTICE DE CAUSAS E EFEITOS

Conceituamos a Manutenção da Ordem Pública como “exercício dinâmico do poder de polícia, no campo da Segurança Pública, manifestado por atuações predominantemente ostensivas, visando a prevenir e/ou reprimir os eventos que violem esta ordem para garantir sua normalidade”.

Uma das principais atividades de Manutenção da Ordem Pública é o Policiamento Ostensivo, executado com exclusividade pela Polícia Militar, observando características, princípios e variáveis próprias, visando à tranquilidade pública.

A Polícia Militar se coloca em uma posição tal que o combate às causas é fundamental à eficiência e eficácia de seu trabalho preventivo, que não é um ato solitário, mas carece da solidariedade do organismo social que defende.

Durante muito tempo, a sociedade acreditou que o crime é uma questão essencialmente policial. A Polícia combate o crime prendendo os criminosos.

### Raciocínio simplista!

O criminoso não nasce da noite para o dia. Ele é pacientemente fabricado nas condições subumanas das favelas. Aperfeiçoa-se, na mais tenra idade, dormindo sob marquises, longe de uma palavra amiga, de um gesto solidário que lhe mitigue falta de tudo, carente de estruturas mais justas e de engrenagens sociais menos selvagens.

Outras vezes, é o campo que o fabrica. Sem perspectivas, a família vem para a cidade grande, pois julga que aqui encontrará a felicidade. Não há ninguém que o oriente ou que lhe mostre a insensatez de seu ato. Aqui não há roças a plantar ou vacas a ordenhar. E isso é tudo que o futuro marginal sabe fazer. Aqui o migrante será um consumidor a mais, ele que deixou de ser um produtor. Em breve estará engrossando a legião dos que mendigam uma migalha nas esquinas, ou então, vão amargar o ambiente sórdido das prisões do Estado.

De qualquer modo, o desajustado socialmente, o marginalizado irá, mais cedo ou mais tarde, cair nas mãos da Polícia, o desaguadouro natural dos “delinqüentes”, máquina precisa e inexorável de controlar a qualidade dos produtos da sociedade, encaminhando-os a outra unidade, para correção.

Em nenhum momento se pensa que, se por uma avaria qualquer, as matrizes sociais da delinqüência produzem objetos defeituosos em quantidade muito elevada, os controles de qualidade entrarão em colapso, simplesmente por não terem o que fazer com eles, já que as prisões estão superlotadas.

É preciso, pois, corrigir a máquina social e impedi-la de continuar fabricando delinqüentes, de vez que, a violência e a criminalidade constituem muito menos um problema policial que um complexo problema social. Os reflexos, sim, se fazem sentir na área policial que circunscreve o desaguadouro de ansiedades e tensões: administrando conflitos, sofrendo vigorosa pressão de causas que se avolumam, bem como de defeitos refluentes de canais parcialmente obstruídos, nos sistemas judiciário e penitenciário, por obsolescência de recursos físicos e de estrutura.

Não desejamos explicar o problema da violência, imputando-o, mecanicamente, ao agravamento das condições sociais nos centros urbanos, nem temos a intenção de esconder deficiências que, observadas as realidades culturais de cada Estado, atingem o aparelho policial.

Desejamos alertar a sociedade para o fato de que a Polícia Militar recebe reflexos de causas e efeitos. Seu trabalho consiste em sair às ruas, postar-se, atenta e vigilante nos locais de risco, fazer presença pública, averiguar, advertir, assistir e prender criminosos, nos limites da lei e dos regulamentos. Não vai, nem pode ir além. O combate às causas do crime e da violência compete à sociedade, conjugando esforços e em comum acordo com o aparelho policial. O combate a efeitos é sempre medida paliativa. A razão mais profunda da violência não é atingida. Os gérmens do mal continuam agindo com a mesma desenvoltura.

A insegurança reinante nos grandes centros e a que ameaça outros em que, até então, o problema inexistia, não será decorrência da retração e omissão da comunidade?

Não há dúvida de que o sentido comunitário, de entrosamento de todos, no combate à criminalidade, a contar das causas que lhe dão origem, a ser obtido na união comunidade-autoridade, é o único caminho seguro para uma eficiente e salutar política de controle da violência.

Consoante se estudou no tópico dedicado às causas, a criminalidade e a violência têm origem em fatores variados, cuja erradicação não depende das instituições de polícia.

O Policiamento Ostensivo, pela ação de presença nos locais de risco, é fator de inibição do delinqüente. Constitui, não só uma dificuldade a mais, que terá que transpor, para a consumação de seu intento criminoso, mas também representa a força de censura, lembrando ao delinqüente as conseqüências que lhe acarretará o ato anti-social.

Mas a vontade de delinqüir pode chegar à necessidade de delinqüir e esta, ao hábito, ao vício, se por detrás dela estiverem atuando causas suficientemente fortes para tanto.

Nessa situação, o homem propenso ao crime, inteligente que é, escolherá o local e a ocasião oportuna e consumará o crime, até mesmo a despeito da presença do policial, contra o qual usará de violência, se necessário.

Situada no vértice de causas e efeitos, a Polícia Militar jamais deixará de executar o seu trabalho preventivo e, na falha deste, o repressivo. Mas é preciso que a sociedade se conscientize de que a questão criminal tem sua gênese nas estruturas defeituosas dela própria. O crime, se e quando existir, deve ser exceção. O normal, em uma sociedade, deve ser a segurança e a tranqüilidade de todos os seus membros.

### *TEORIA DA COMPATIBILIZAÇÃO EFICAZ*

A nossa industrialização, engendrando a super-sociedade, impôs transformações em todos os setores da vida social, tornando defasadas ou obsoletas as antigas estruturas, exigindo um novo ordenamento, jurídico, particularmente, no que tange à Segurança Pública.

Essa situação leva à elaboração de uma nova Constituição, pois já não é possível manter a Carta de 69, tão distante se encontra ela da realidade vivida pelo país.

Dentro do clima de liberdade e de ampla participação de todos os setores da sociedade, tão característico da fase de transição constitucional, começam a surgir propostas e sugestões, debates e pressões.

É lamentável que a atenção dada à Polícia Militar, nos debates sobre as formas de combate à violência e reformulação do Sistema de Segurança Pública, tenha se situado na superfície, sem se buscar um conhecimento maior dessas instituições, sem uma comparação com as congêneres existentes no mundo, sem se avaliar o papel por elas desempenhado, não só hoje, mas ao longo de seu dever histórico mult centenário.

Com noções preconcebidas e o ânimo indisfarçável de causar-lhes prejuízo, as análises pecam por excesso de simplificação. Sem observância das realidades culturais de cada região, sob o pálio de argumentos pouco convincentes, essas análises, depois de discorrerem sobre a ineficiência, despreparo, carências e violência policial, fluem para as seguintes correntes:

### *CIVILISTAS*

Criticam o caráter militar das PMs estaduais, atribuindo sua ineficiência à sua vinculação com o Ministério do Exército (IGPM) ou à sua qualidade de "reserva do Exército". Relacionam a violência policial com a formação militar do PM, estabelecendo o nexó: "PM é arbitrário porque é militar".

E, ainda, outras críticas:

"O militar é ilhado por regulamentos, ordens, hierarquias, filosofia castrense, método diferente de aferição de valores, condicionamento discricionário, não consentâneo com a população. Amarras próprias de suas fi-

nalidades e de seus regulamentos especiais. Um homem assim disposto não se afina com múltiplos e variados tipos de comportamento civil, onde a liberdade é a orientação máxima. Uma agudização de conflitos. Uma falta de sintonia social. (...) O resultado, todo mundo sente, aí está: diálogo é sempre tenso e difícil". (Alberto Barroca, "Diário da Tarde", 21 Mai 85).

"O sistema policial brasileiro é arcaico, adotado somente em alguns países subdesenvolvidos. É incompreensível uma polícia militarizada com a obrigação de ser, ao mesmo tempo, militar, policial, guarda de trânsito e subordinada ao Exército e ao Governo do Estado". (Paulo P. Silva. "O Globo", 26 Mai 85).

Outros vão ainda mais longe e, referindo-se à realidade do Estado em que vive, afirmam:

"Polícia Militar é resquício do "Pequeno Exército Paulista", de que fala Dalmo de Abreu Dalari em seu opúsculo de idêntico nome e a respeito do qual o Suplemento de "O Estado" publicou, há tempos, uma resenha. Exército que tal é coisa do passado, de um passado remoto, irreversível, uma página virada no livro da História de São Paulo". (Orlando Fernandes de Oliveira, Revista da Associação dos Delegados de Polícia de São Paulo, n.º 09 — 1984).

Não é diferente a posição do Grupo de Trabalho de Juristas, constituído pela Portaria n.º 689, do Ministério da Justiça, datada de 11 de julho de 1979, do qual, infelizmente, não participaram os profissionais de segurança pública, integrantes das Polícias Militares, privando-se o grupo de contribuição de uma experiência multissecular de prevenção ao crime e combate à violência.

O Relatório desse Grupo ressalta a enfática afirmativa de que o Policiamento Ostensivo, exercido pela Polícia Militar é incompatível com a destinação legal da Corporação.

O exame mais detido dessas análises revelam, antes de tudo, uma confusão quanto à ordem dos fins e à ordem dos meios.

A Constituição Federal vigente os diferencia muito bem ao estabelecer a missão das Forças Armadas, em seu Art. 90 e 91:

"Art. 90 — As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei".

"Art. 91 — As Forças Armadas, essenciais à execução da política de segurança nacional, destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem".

E ao estabelecer no § 4.º, do Art. 13, a missão das Polícias Militares:

“Art. 13 . . . . .

§ 4.º — As Polícias Militares, instituídas para a manutenção da ordem pública nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, e os Corpos de Bombeiros Militares são considerados forças auxiliares, reserva do Exército...”

Por aí se vê que Forças Armadas e Polícias Militares se distinguem, essencialmente, pela ordem dos fins, ou seja, possuem missões diferentes. Os fins das Forças Armadas são militares, isto é, destinam-se à defesa da Pátria, e os da Polícia Militar, são civis, isto é, destinam-se a proteger e socorrer comunidades.

Esse caráter civil da atividade, policial-militar, convém ressaltar, não decorre da estrutura da instituição que a executa, conforme sofismam alguns. O objetivo precípua da força pública estadual, com a denominação atual de Polícia Militar, é a tranqüilidade pública. Em outras palavras, é resguardar sociedade da ação deletéria de delinqüentes.

Quanto à ordem dos meios, aqui entendidos como a estrutura organizacional, articulação, desdobramento, instrução, adestramento, aprestamento, flexibilidade, coesão, unidade de princípios gerais, valores e concepções estratégicas, observadas as adaptações necessárias às missões peculiares de cada uma, não há diferença entre as Forças Armadas e Polícias Militares.

A manutenção da Ordem Pública, envolvendo o risco de vida, a coragem física e moral, a obediência rígida às leis e regulamentos, a lealdade a superiores e subordinados, uma vasta gama de virtudes e qualidades, além do adequado preparo técnico-profissional, exige unidade de comando e ação, objetivos inatingíveis por outros meios, senão estrutura militar, disciplina, hierarquia e valores policiais-militares. Por outro lado, os analistas se esquecem de que o princípio da razão suficiente é a condição de verdade e credibilidade de todo juízo. Ninguém pode abordar um fenômeno físico ou social, sem buscar-lhe a causa, a razão de ser, já que, conforme ensina Kant, “tudo o que existe tem uma razão de ser”.

Assim, a Força Pública Estadual não seria militar, se isso não tivesse uma causa.

A filosofia do Direito ensina que o Direito Positivo, “conjunto das leis que definem e sustentam a ordem nacional”, na sábia lição de Lydio Bandeira de Mello, “não atua por si só. Uma lei para ter eficácia, necessita de vontades humanas que a imponham, se preciso, até mesmo pela força, tarefa esta atribuída ao Estado”.

O meio de que o Estado dispõe para dar voz ativa e eficaz às leis é a Força guiada pela Razão, a Força disciplinada por leis, a Força Pública, a Força Coletiva.

Ouçamos, ainda, o Professor Lydio:

“As atribuições e poderes do Exército e da Polícia deveriam ser especificados e MEDIDOS na Constituição Federal. TODA FORÇA QUE SE PONHA A SERVIÇO DO DIREITO DEVE SER MEDIDA. Força sem medida é instrumento de opressão e de terror. Força medida, força contida em limites conhecidos e intransponíveis, força a serviço do Direito (que é, essencialmente, MEDIDA) é instrumento de proteção, de segurança, de tranqüilidade. Infelizmente, porém, as constituições nacionais se esquecem da polícia. Falam nela muito por alto e muito incompletamente. Esquecem-se de que a Polícia é A MAIS PODEROSA E MULTIFORME DAS FORÇAS DE TEMPO DE PAZ POSTAS À DISPOSIÇÃO DO GOVERNO. Por meio dela, o Governo intervém em todas as atividades nacionais, desde as mais elementares (como o comércio de víveres e de hospedagem) até as mais elevadas (os costumes e a cultura); desde a fiscalização dos estabelecimentos que fornecem alimentos até a censura teatral e cinematográfica; desde o policiamento de um espetáculo até o policiamento de uma eleição”.

Polícia é, pois, Força. Força disciplinada, controlada, medida, limitada.

Como se limita a Força Pública?

O fulcro da questão é esse. Por intuição, se não por pesquisa, percebe-se que o traço definido do caráter militar é a sua submissão a regulamentos rígidos, à disciplina, à hierarquia, a uma escala de valores obrigatória, ao dever militar, formando uma filosofia peculiar de vida bastante diferente do “modus vivendi” civil.

Essa “filosofia de vida” militar é o controle da Força; constituem o seu limite, a sua medida.

Portanto, aí está a falácia da tese dos que postulam uma polícia civil; o caráter militar é uma garantia para a sociedade contra o arbítrio e o despotismo de uma Força sem controle.

A história, crivo impiedoso que não tergiversa em sepultar o imprestável, revela, desde os “miles” romanos, que as leis para os que encaram a Força, qualquer que seja a sua finalidade, segurança individual, coletiva, interna ou nacional, devem ser mais rígidas.

Em outras palavras, a Força à disposição do Estado tem que ser medida, tem que ter regulamentos próprios, valores e virtudes de prática obrigatória como garantia de seu uso para o bem-comum.

A Polícia Militar, Força Pública destinada à atividade civil de manutenção da Ordem Pública, deve ser militar, deve ser medida, deve ser limitada.

Qualquer instituição de manutenção da Ordem Pública, pois, que se quiser criar, não poderá escapar à medida, ao controle, tenha ou não esta medida o nome "militar".

Enfim, o Brasil não é o único País do mundo a possuir uma instituição de manutenção da Ordem Pública civil, quanto aos fins, e militar, quanto aos meios. As polícias inglesa, norte-americana e francesa, para citar as principais, fundamentam-se em organização e valores militares.

### UNIFICACIONISTAS

Criticam a existência de uma polícia civil e uma polícia militar, atribuindo a ineficiência de ambas a essa dicotomia. Aqui também prevalece o tratamento emocional, acrescido de generalizações que não correspondem às realidades regionais. Fraquentemente, demonstram desconhecimento das atribuições de cada instituição, confundindo polícia judiciária com a polícia de manutenção da Ordem Pública. Ilustram essa corrente:

"O que nos preocupa é observar que a militarização da Polícia Civil implicará em aumento da criminalidade, num constante estado de tensão popular é, o que nos parece mais grave, no desperdício cruel de um organismo estruturado para servir o povo, adestrado para prevenir e reprimir delitos, que se depaupera e se estiola nas submissões e sub-tarefas burocráticas". (Alberto Barroca, artigo citado).

"A existência de duas polícias, com características e comandos diversos, porém, voltadas para o mesmo objetivo, implica a divisão da atividade policial e, conseqüentemente, a sua menor eficiência". (Dep. Castello Branco "Estado de São Paulo", 30 Mar 85).

"A concorrência atual entre a polícia civil e a polícia militar, no entendimento de muitos especialistas, é um desastre para a produção da prova policial e para a punição penal. As duas polícias intervindo na apuração do delito acarretam a duplicidade na apreciação do fato criminoso, comprometendo o processo judiciário e a punição". (Paulo Sérgio Pinheiro, Folha de São Paulo, 11 Abr 85).

O Grupo de Trabalho dos Cientistas Sociais, constituído pela Portaria n.º 781, do Ministério da Justiça, datada de 14 de agosto de 1979, mais filosófico e menos prático que o de Juristas tangenciou o problema, de passagem, fazendo colocações que visam à "fortalecer", as Polícias Cíveis — "O treinamento da polícia só será produtivo se extinta a destrutiva concorrência entre policiais civis e militares. Impõe-se a civilização desta última, a redução de seus efetivos e das gordas mordomias que geram a sua estrita aplicação de massa onde a manutenção da ordem exige uma técnica que a Polícia Civil não possui. O patrulhamento de bairros e quartelões deve ser tarefa de polícia civil ainda que fardada".

Gostaríamos de ressaltar, desde já, que a reformulação do Sistema Policial Brasileiro é uma necessidade incontestável. Não se limita, porém, ao redimensionamento das polícias. Todo o sistema deve ser revisto.

A questão é meramente terminológica, dado que toda polícia desempenha atividade civil: a polícia de manutenção da Ordem Pública (Polícia Militar), é um segmento civil uniformizado, com organização militar, quanto aos meios; a polícia judiciária (Polícia Civil) é um segmento civil, quanto aos meios e os fins.

A harmonia e convergência de propósitos entre esses dois segmentos é um imperativo e o esforço deve ser canalizado para que não se aprofundem as diferenças, a “competição” e nem se criem rivalidades que, na verdade, não existem.

Em Minas Gerais, realidade cultural diferente, prevalecem o respeito mútuo, a adequada compreensão das atribuições de cada segmento, o convívio harmonioso e a complementaridade de esforços entre a Polícia Civil e a Polícia Militar.

Diante de sua urgência e do clamor da sociedade por segurança, o legislador deve, pois cercar-se de inúmeros cuidados para não escolher a solução mais onerosa e a mais arriscada, nem poderá institucionalizar uma dicotomia que vem se revelando danosa à Segurança Pública.

Deve ter em mente que o clima emocional de campanhas promovidas contra essas ou aquelas instituições, através de premissas falsas ou imagens distorcidas, poderá ocasionar transformações nefastas, não só às Corporações que constituem, de fato, o sustentáculo da Manutenção da Ordem Pública, mas também à sociedade.

## SAUDOSISTAS

Postulam a volta da Guarda Civil, sob o argumento de que tal instituição era eficiente no combate ao crime e à violência. Esquecem-se, porém, que, ao tempo das Guardas Cívicas, o país ainda se encontrava num estágio de pré-industrialização, a população do país era essencialmente rural, não havia a migração interna em níveis elevados, o fenômeno da violência urbana não se manifestara ainda. Por mais valorosas que tenham sido aquelas Corporações, não se pode comparar o ambiente social e a conjuntura em que atuavam com o contexto dos anos 70 e 80. É, pois, mero exercício de retórica tal louvação. A Guarda Civil, se hoje retornasse, enfrentaria as mesmas dificuldades que hoje enfrentam as corporações policiais militares ou civis e não colheriam resultados diferentes.

A “Parábola do Pulgão” ilustra bem o nosso pensamento. “Uma determinada área rural, totalmente recoberta de viçosas e florescentes lavouras, se viu, de repente, infestada de pulgões.

O Lavrador A, para livrar-se de tão nociva praga, resolveu atear fogo à plantação, com o intuito de refazê-la depois. E o lavrador B, ao contrário, requisitou a colaboração de um técnico e desencadeou um eficiente combate ao pulgão e conseguiu, assim, ao final de muito trabalho, salvar a lavoura”.

Conforme se vê, ambos resolveram o problema que os afligia, mas o lavrador A, não só escolheu o processo mais oneroso, como também correu mais risco, de vez que o pulgão poderia voltar no segundo plantio.

A volta da Guarda Civil, a criação da Polícia Municipal, são soluções onerosas e arriscadas, semelhantes às adotadas pelo lavrador A. A nosso ver, o comportamento do lavrador B é o mais apropriado.

### *MUNICIPALISTAS*

Há finalmente aqueles que acreditam que uma Polícia Municipal resolveria o problema da criminalidade e da violência.

A solução, em princípio, oneraria ainda mais o contribuinte. Nesse caso, reportando-nos à historietta acima narrada, seria melhor seguir o exemplo do lavrador B. Ou seja: é melhor investir em recursos físicos e humanos, destinados à Polícia Estadual já existente, melhorando as suas condições de operação. Ademais, estas instituições conhecem o seu trabalho, sabem como bem exercê-lo e possuem estruturas apropriadas e capacidade técnica incontestes, pois, vêm desempenhando as tarefas de manutenção da Ordem Pública, entendida como atividade pública civil de proteção e socorro, desde épocas coloniais.

### *TEORIA DO NOVO SISTEMA DE DEFESA SOCIAL*

Nenhuma reformulação ou mesmo definições de sistemas alcançará êxito, se não houver um enfoque global do problema, através de:

- 1) Destinação de maiores e mais amplos recursos para a segurança Pública;
- 2) Estabelecimento de um novo conceito de Polícia Judiciária;
- 3) Aperfeiçoamento das leis penais e processuais;
- 4) Maior destaque do Ministério Público;
- 5) Maior agilidade do Poder Judiciário;
- 6) Criação de uma nova estrutura prisional.

A destinação de maiores e mais amplos recursos para a segurança pública deve ser enfatizada porque é medida a ser adotada em curto prazo.

Um fato que salta imediatamente à vista, em nossos dias, é o delinqüente dispor de pródigos recursos físicos, armamento e veículos, aumentando a sua agressividade e sua mobilidade, enquanto que o policial-militar, encarregado de defender a sociedade, enfrenta uma série quase intransponível de obstáculos para ter a sua arma, munição e meios de locomoção.

Não se pode falar em eficiência de uma instituição que não disponha dos equipamentos necessários, sem os recursos para treinamento e instrução de seu pessoal, sem instalações físicas apropriadas ao exercício de suas atribuições.

Por falta de remuneração mais atraente, é crônica nos meios policiais a dificuldade para o preenchimento das vagas existentes. É elevada a evasão dos que encontram ocupação mais compensadora em termos financeiros e progressão dentro da carreira, sem colocar em risco a própria vida.

A canalização de recursos para a Segurança Pública, em plena crise econômica-financeira, é dificultosa e demorada, mas não há outro caminho para a obtenção do elevado grau de segurança desejados pela Comunidade. É, portanto, uma dificuldade a ser superada, obrigatoriamente, pelos órgãos governamentais e pela sociedade.

Temos conhecimento de que estes são problemas que afligem grande parte das polícias estaduais. Felizmente, em Minas Gerais, o nosso Governador, Dr. Hélio Garcia, tem sido sensível às necessidades de segurança do povo mineiro, investindo na Polícia Militar, visando a obter dividendos na tranqüilidade pública.

Lamenta-se que todos os esforços de cientistas sociais, juristas, líderes comunitários e veículos de comunicação não tenham sido canalizados para a criação de um novo Sistema de Defesa Social, não mais restrito à função do sistema repressivo (penal), abrangendo o sistema preventivo (assistencial, educacional e inibidor), que deve funcionar harmonicamente, buscando a efetividade.

Formulada ao tempo em que à pena deu-se o caráter de reeducação, a Defesa Social, expressão cunhada àquela época de fervor positivista, surgia, aos olhos dos seus ideólogos como instrumento, por si só, capaz de prevenir o crime além de recuperar o criminoso.

Os tempos da cibernética, porém, com sua visão para os processos, para a totalidade dos fenômenos, sugerem que a Defesa Social, para

merecer este nome, deve envolver, sob o caráter de sistema, todas as estruturas que têm por fim proteger a população contra sinistros, delitos e outros atos que afetam o bem-estar social e ampará-la, visando ao bem comum.

O problema é complexo e demanda estudos aprofundados, porém, estando já a Corporação coletando idéias a respeito dessa questão, julgada de alto relevo para o seu trabalho preventivo, julga-se oportuno que, tão-somente para estimular o debate, se ensaie o delineamento de um Sistema de Defesa Social, que produza o surgimento do verdadeiro ambiente de segurança, onde se apresente fundamental a busca da tranqüilidade pública. Ratifica-se, o propósito é apresentar uma sugestão que, julgada razoável, pudesse vir a ser discutida num "mutirão" nacional contra a violência.

Definindo sistema como "arranjo ordenado de componentes que estão inter-relacionados e que atuam e interatuam com outros sistemas para cumprir uma tarefa ou função-objetivo num determinado ambiente", a nova Defesa Social teria uma configuração, em que o envolvimento dos três poderes do Estado desse a necessária consistência ao arranjo.

Assim, ao lado das várias Comissões do Legislativo encarregadas de estudar e avaliar projetos de lei, postular-se-ia a criação de uma Comissão de Defesa Social, em permanente trabalho de pesquisa e proposição de leis, que permitissem o perfeito funcionamento da estrutura.

No âmbito do Executivo, conviria um Sistema de Segurança Pública, com dois subsistemas: o de Proteção, compreendendo Proteção Ambiental e ao Menor; e o subsistema Policial, integrado pela Polícia Administrativa, Polícia de Manutenção de Ordem Pública e Polícia Pericial.

Ainda dentro do Executivo, teríamos o Sistema de Persecução Criminal, integrado pelos Ministério Público e auxiliares, para a produção de provas.

Na esfera do Judiciário, estariam as Entrâncias e os Juizados de Pequenas Causas.

Fechando o ciclo, ressurgem o concurso do Executivo, com o Sistema Penitenciário, integrado pelo subsistema Carcerário e subsistema de Recuperação, harmônicos e interdependentes.

Essa nova estrutura permite vencer os principais obstáculos ao perfeito sistema de proteção e socorro à sociedade, porque:

a) A organização sistêmica, além de gerar economia de esforços e de evitar a superposição de funções, dá eficiência e eficácia à estrutura, permitindo real prevenção e, falhando esta, adequada repressão ao ato delituoso;

b) A Defesa Social envolve todos os poderes do Estado, tendo, por isso, em relação à importância que lhe tem sido dada até agora, uma relevância muito maior;

c) É um processo que se inicia com a atividade mais elementar — que é tentar evitar, prevenir a quebra da normalidade da Ordem Pública — prossegue com a responsabilização de criminosos e termina com sua recuperação e reingresso na sociedade.

A Comunidade complementa o esforço da Defesa Social no sentido de remover os fatores geradores de insegurança, visando à tranqüilidade pública.

Por outro lado, a expansão dos Juizados de Pequenas Causas (Civil e Penal) contribuiria, não apenas para aumentar a credibilidade da Justiça, mas seria instrumento de prevenção de crimes.

É raro, hoje, demandar-se a Justiça por pequenas causas, pois, acredita-se não ser compensador. Mas, muitas vezes a pendência e o litígio não se extinguem, levando as partes à “justiça paralela”, o que é frequentemente, alimento da criminalidade.

O Ministério Público deve ser entendido, também como instrumento de que se vale o Estado para garantir o cumprimento da lei e, como tal, é obstáculo ao ato delituoso, pela certeza da responsabilização de seu autor. Sua presença deve formar, ao lado dos demais órgãos de Defesa Social, uma parede monolítica de contenção do crime e da violência.

No campo penitenciário, procedimentos devem ser revistos visando ao incremento do aspecto de recuperação, interligado ao carcerário. Este, mal aplicado, somente degrada, ainda mais, o delinqüente que, refinado, recalado, há de tornar à sociedade.

Sabemos que as necessidades ora levantadas só poderão ser um dia atendidas, se o debate for levado a todos os segmentos envolvidos. Compete à Polícia Militar, não a solução do problema, embora isso muito a beneficiasse, mas estimular a discussão do assunto, fazendo ver a estadistas, juristas, juizes, delegados, criminólogos, quão salutar seria a criação do grande e novo Sistema de Defesa Social.

## ELEMENTOS DA AÇÃO POLICIAL-MILITAR

### MISSÃO DA POLÍCIA MILITAR

A Constituição Federal em seu artigo 13, parágrafo 4.º, estabelece:

“As Polícias Militares, instituídas para a manutenção da Ordem Pública nos Estados, nos territórios e no Distrito Federal, e os Corpos de Bombeiros Militares são consideradas Forças Auxiliares, reservas do Exército...”

Reportando, ainda, à Constituição Federal, vemos:

“Art. 8.º — Compete à União:

XVII — Legislar sobre:

- v) — Organização, efetivos, instrução, justiça e garantia das Polícias Militares e condições gerais de sua convocação, inclusive, mobilização”.

O Decreto-Lei n.º 667, de 02 de julho de 1969, com as modificações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 2.010, de 12 de janeiro de 1983, além de estabelecer os parâmetros de estrutura e organização, define as competências das Polícias Militares, assim sintetizadas:

1) Execução, com exclusividade, do Policiamento Ostensivo, fardado, visando assegurar o cumprimento da Lei, a manutenção da Ordem Pública e o exercício dos poderes constituídos;

2) Atuação preventiva em locais onde se presume ser possível a perturbação da ordem;

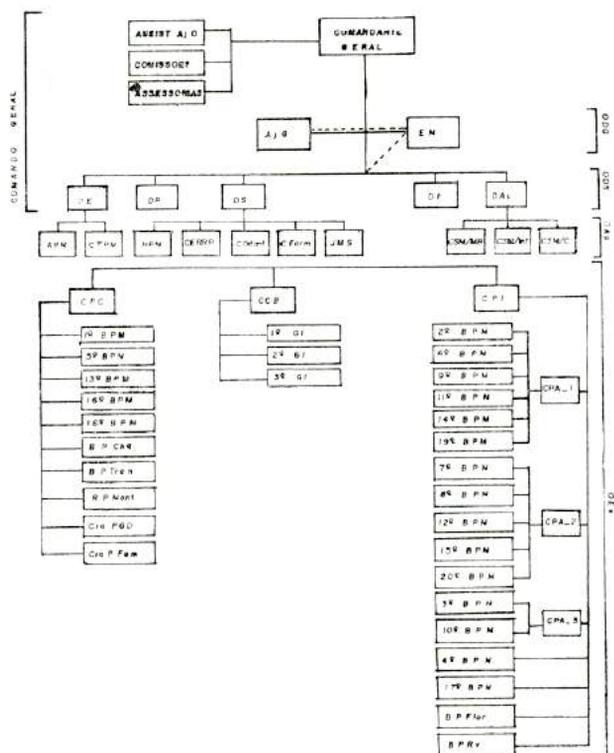
3) Atuação repressiva, em caso de perturbação da ordem precedendo ao eventual emprego das Forças Armadas;

4) Atendimento à convocação do Governo Federal, em caso de guerra externa ou para prevenir e reprimir grave subversão da ordem ou ameaça de sua irrupção, subordinando-se aos Comandos Militares do Exército;

5) Além dos casos mencionados, a Polícia Militar poderá ser convocada, em seu conjunto, a fim de assegurar à Corporação o nível necessário de adestramento e disciplina ou ainda para garantir o cumprimento da legislação federal.

## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O Organograma que apresentamos retrata a nossa estrutura. A Organização Básica da Polícia Militar é aprovada pela Lei Estadual n.º 6.624/74, com as modificações restritas introduzidas pela Lei Estadual, n.º 7.625/79 e segue, em linhas gerais, as diretrizes preconizadas pelo Estado-Maior do Exército, através da Inspetoria Geral das Polícias Militares.



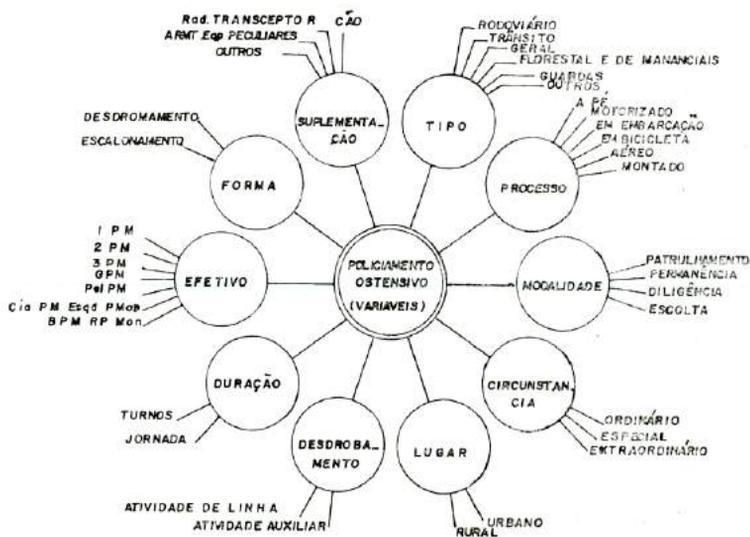
## QUADRO DE EMPREGO

Nos trabalhos de manutenção da ordem pública não há, nem pode haver, solução de continuidade. Além disso, não há outras alternativas senão crescer, progredir, aperfeiçoar, independentemente de qualquer movimento social nesse sentido ou motivações outras senão o desempenho eficaz da missão constitucional.

O conjunto das atividades de Manutenção da Ordem Pública, da competência da PMMG, pode ser visualizado nos quadros.

QUADRO DE EMPENHO

ESTADO		AÇÕES	SITUAÇÃO	PM	ATIVIDADE
SEGURANÇA PÚBLICA (SEGURANÇA INDIVIDUAL + SEGURANÇA COMUNITARIA)		DEFESA PÚBLICA	NORMALIDADE, ALTERAÇÃO OU PERTURBAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA		POLICIAMENTO OSTENSIVO
					POLICIAMENTO VELADO
					INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS
					BUSCA E APREENSÃO
					AUTUAÇÃO PROC. SUMÁRIO
					OPERAÇÕES DE BOMBEIROS
					OPERAÇÕES CÍVICO - COMUNITÁRIO
SOCORRIMENTO PÚBLICO					
					OPERAÇÕES DE CHOQUE
SEGURANÇA NA- CIONAL (SEGURANÇA DA NAÇÃO)	SEGURANÇA INTERNA	DEFESA INTERNA	PERTURB.DA ORDEM COMH. PERTB. ORDEM LUTA INTERNA		OPERAÇÕES DE RESTAURAÇÃO
	SEGURANÇA EXTERNA	DEFESA TERRITORIAL	CRISE NAS RELA- ÇÕES INTERNAC.		OPERAÇÕES TIPO POLÍCIA



## DISPOSITIVO OPERACIONAL

Representa a espinha dorsal da Corporação, encarregada de desenvolver, em contato direto com a comunidade, as ações de manutenção da Ordem Pública e de prevenção e combate a incêndios e de busca e salvamento, em todos os 722 municípios do Estado e mais 300 distritos.

É constituído pelos Comandos de Policiamento da Capital e do Interior e do Corpo de Bombeiros.

### O COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR (CPI)

É sediado em Belo Horizonte e tem como competência a manutenção da Ordem Pública no interior do Estado, exceto nos 14 municípios da RMBH. Estão sob sua responsabilidade 708 municípios.

Conta com 03 (três) Comandos Intermediários, Comando de Policiamento de Área, 15 (quinze) Batalhões de Polícia Militar (BPM) — Unidades Integrantes 02 (dois) Batalhões Especializados (BPFLo e BPRv).

1) Comando de Policiamento de Área — 1: — Sediado em Governador Valadares.

Constituído pelos seguintes BPM:

- a) 2.º BPM — Juiz de Fora;
- b) 6.º BPM — Governador Valadares;
- c) 9.º BPM — Barbacena;
- d) 11.º BPM — Manhuaçu;
- e) 14.º BPM — Ipatinga;
- f) 19.º BPM — Teófilo Otoni.

2) Comando de Policiamento de Área — 2: — Sediado em Bom Despacho.

- a) 7.º BPM — Bom Despacho;
- b) 8.º BPM — Lavras;
- c) 12.º BPM — Passos;
- d) 15.º BPM — Patos de Minas;
- e) 20.º BPM — Pouso Alegre.

3) Comando de Policiamento de Área — 3: — Sediado em Montes Claros.

a) 3.º BPM — Diamantina;

b) 10.º BPM — Montes Claros;

4) Unidades subordinadas diretamente ao CPI;

a) 4.º BPM — Uberaba;

b) Batalhão de Polícia Rodoviária — sediado em Belo Horizonte.

c) Batalhão de Polícia Florestal — sediado em Belo Horizonte.

Sua missão, policiamento florestal e de mananciais, se estende a todo o Estado;

b) Batalhão de Polícia Rodoviária — sediado em Belo Horizonte.

Executa o policiamento rodoviário em todo o Estado, nas rodovias estaduais e federais delegadas.

Os BPM subordinados ao CPI são organizados de conformidade com a necessidade de segurança de cada área. Suas frações, Companhias e Pelotões, em sua maioria são interiorizadas, sediadas nas principais cidades.

#### COMANDO DO CORPO DE BOMBEIROS (CCB)

O CCB, sediado em Belo Horizonte, é encarregado em todo o Estado, das atividades de prevenção e combate a incêndios e de busca e salvamentos.

Em sua articulação procurou-se fazer coincidir os limites das áreas de responsabilidade dos Grupamentos de Incêndio (GI) com as áreas dos BPM interiorizados.

#### COMANDO DE POLICIAMENTO DA CAPITAL (CPC)

Está sediado em Belo Horizonte e é responsável pela manutenção da Ordem Pública na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), integrada por 13 municípios, além da Capital do Estado.

1) Estrutura organizacional

a) Comandante: Coronel

b) Estado-Maior

Chefe: Tenente-Coronel

- (1) 1.ª Seção (Pessoal): Major;
- (2) 2.ª Seção (Informações): Major;
- (3) 3.ª (Operações e Instrução): Major;
- (4) 4.ª Seção (Logística): Major.

c) Centro de Operações Policiais-Militares (COPOM)

- (1) Chefe: Major;
- (2) Coordenadoria de Operações: Capitães;
- (3) Adjunto do Coordenador de Operações: Tenente.

Congrega as seguintes Unidades Operacionais:

1) Unidades Integradas:

Têm missão de executar o policiamento ostensivo geral — a pé e o radiopatrulhamento — em suas áreas respectivas:

- a) 1.º BPM: no centro e na Região Sul da Capital;
- b) 5.º BPM: na Região Oeste da Capital;
- c) 13.º BPM: na Região Norte da Capital;
- b) 16.º BPM: na Região Leste da Capital;
- e) 18.º BPM: localizado em Contagem, com responsabilidade em todos os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, exceto a Capital.

Adotamos, com considerável êxito, a descentralização das Subunidades Operacionais, que se encarregam do policiamento nas respectivas sub-áreas de responsabilidade, com melhor e mais próximo relacionamento com a comunidade. Há, atualmente, 13 (treze) Companhias descentralizadas na Capital. Promovemos, também, a instalação de Postos Policiais, em "Traillers", localizados em locais de risco.

2) Unidades Específicas

Têm como missão as atividades específicas:

- a) Regimento de Polícia Montada;
- b) Batalhão de Polícia de Choque;
- c) Batalhão de Polícia de Trânsito;
- d) Companhia de Polícia de Guardas;
- e) Companhia de Polícia Feminina.

## CONCEITO DE OPERAÇÃO

A atualização, característica fundamental da dinâmica operacional, assim como a conveniência de ajustamento a realidades emergentes e a incessante busca da eficácia operacional, fizeram com que o conceito de operação da década de 70 evoluísse, no início dessa década, e, com toda certeza, era modificado no próximo ano, visto que estudos continuados têm demonstrado a oportunidade da medida.

Numa síntese, a idéia abstrata de uma malha protetora distendida na RMBH constitui, hoje, o conceito básico do conjunto de ações que configuram o Policiamento Ostensivo.

O conceito básico leva à fixação inicial de áreas de responsabilidade para o BPM e à subdivisão destas em subáreas de responsabilidade das Companhias, visando à ocupação dos "espaços vazios de segurança". Numa evolução, estas poderão fragmentar-se em setores de pelotão, já cristalizados no interior, inclusive com destacamentos e sub-destacamentos (municípios e distritos, respectivamente). O foco dos futuros setores encontra-se nos Postos de Policiamento Ostensivo (PPO).

O Policiamento Ostensivo de Trânsito, na Grande Belo Horizonte (Capital e Municípios conturbados) é de responsabilidade de uma Unidade especializada, enquanto que, nas demais cidades do RMBH, de frações elementares e/ou constituídas, das UOp da área.

Feita a distensão básica impõe-se o recobrimento de vulnerabilidade (rupturas na malha) através de sucessivas manobras de forças.

Portanto, o primeiro esforço consiste na distensão inicial e básica da malha protetora pelas UOp subordinadas, no espaço físico de responsabilidade, observados desdobramentos e articulação peculiares, mediante ocupação de locais de risco, em razão de estudos continuados de situação.

O Policiamento Geral é executado pelas UOp com responsabilidade de área, descentralizando as subunidades (Cia-subáreas que desenvolvem ações de policiamento motorizado — radiopatrulhamento básico — Fiat, Volks e Opala e policiamento a pé).

As Companhias descentralizadas são aquarteladas em subáreas de atuação, o que possibilita aos seus oficiais um conhecimento direto e imediato dos problemas policiais e necessidades prementes da respectiva região de atuação. Facilita, ainda, a integração Comunidades e Comando Cia, levando à satisfação dos justos anseios de segurança pública dos habitantes da subárea.

Os Postos de Policiamento Ostensivo (PPO) são núcleos de fração constituída, com autonomia relativa, responsabilidade territorial mínima de um bairro e dupla função: centrípeta, de reunir anseios e necessidades de atendimento policial-militar; centrífuga, de irradiar os recursos imediatos à sua disposição e/ou comunicar aos órgãos de comando, coordenação imediatamente superiores. Podem ser fixos (prédios) ou móveis (trailers).

O Policiamento de trânsito é executado pela UOp especializada, através de subunidades com responsabilidade de turno (Cia-turno) em BH e municípios conturbados. Nas demais cidades da RMBH é responsabilidade de frações elementares e/ou constituídas da UOp da Área.

O segundo esforço (início de recobrimento) compreende uma Cia em cada UOp/Área, organizada com pelotões motorizados (VtrC-14) e pelotão para policiamento especiais, constituindo-se na força de manobra do Cmt, para o primeiro esforço de recobrimento da malha protetora, nos pontos de grande incidência de criminalidade ou locais com probabilidades de delinqüências. É a Cia Tática-Móvel;

A UOp especializada de Trânsito tem uma Cia para atendimento de situações (eventos e locais) específicos;

As UOp subordinadas manobram os PCS, nos respectivos espaços físicos de responsabilidade, durante a semana, segundo suas necessidades e, principalmente, para atender demandas de fim-de-semana;

O Terceiro esforço (recobrimento intermediário) constituiu-se no emprego sistematizado de esforços em locais críticos ou lançamento em eventos especiais, através das Unidades Táticas do CPC;

- Tropa de choque não motorizada (Pol a pé e Pol com Cães);
- Policiamento montado;
- Policiamento feminino;
- Ainda, mediante operacionalização da reserva, constituída pela área-meio, manobrada diretamente pelo CPC.

O quarto esforço (recobrimento final) é realizado pela tropa de choque motorizada (Rondas Táticas Metropolitanas — ROTAM) que recobre vulnerabilidades em toda RMBH, com predominância na atuação repressiva a crimes violentos contra o patrimônio (criminalidade da pesada).

## SISTEMA COMPUTADORIZADO DE DESPACHO DE PATRULHAS

Na incessante pesquisa, visando à elevação do grau de operacionalidade, tornou-se óbvio que o simples aumento do número de policiais não era suficiente, sendo necessário aumentar sua eficiência operacional.

O rádio tranceptor vem apresentando-se como um excelente recurso adicional, no trabalho das patrulhas, quaisquer que sejam os meios de locomoção, tais que o homem a pé, em viatura, a cavalo, em motocicleta, etc. O uso crescente de radiopatrulhas, bem como a necessidade de otimizar este recurso caro, levou à criação de centrais de despacho de viaturas. O uso de números especiais de fácil memorização para os telefones de tais centrais, permite o rápido acesso do cidadão às mesmas, propiciando o imediato início do atendimento.

As centrais de despacho, que são comumente chamadas de COPOM — Centro de Operações Policiais Militares — seguem praticamente o mesmo padrão, possuindo basicamente a seguinte estrutura:

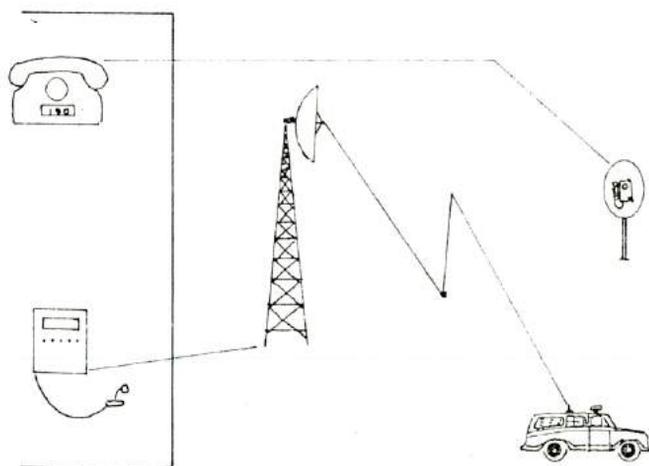
— número único de três algarismos, o qual dispensa o uso de ficha nos telefones públicos, para acesso à central. Este número está definido a nível nacional pela TELEBRÁS e é o 190. (Nossa Polícia Militar é pioneira na operacionalização deste recurso, que emprega há mais de uma década e, gradativamente, implantado pelas demais coirmãs.

— uma mesa de Telefonistas que atendem aos chamados do público e coletam as informações necessárias, repassando-as para os radioperadores.

— um conjunto de radioperadores encarregados de despachar, via rádio, as radiopatrulhas e acompanham o desenrolar do atendimento.

A introdução de um sistema destes agiliza sobremaneira o atendimento de ocorrências, bem como aumenta a eficácia operacional das radiopatrulhas existentes.

Porém, a figura mostra claramente que existe um intenso tráfego de informações entre as partes envolvidas. E é fato sabido que a burocracia, envolvida no tráfego de informações, tende a produzir uma grande deseconomia de escala, com o aumento de volume. Em decorrência, as centrais de despacho têm, hoje, sua eficiência de operação prejudicada pelo tempo perdido no manejo de informações.



Localizar uma rua, definir área de atendimento, registrar a ocorrência, identificar a patrulha para atendimento, etc., são tarefas que tomam tempo e retardam, assim, o atendimento pretendido.

Constatou-se que era necessário automatizar o tratamento da informação, isto é, recorrer à informática. Para tanto, a Polícia Militar de Minas Gerais, a PRODEMGE e BIODATA desenvolveram o "PROJETO COPOM".

Quanto a viagem de diretores e técnicos da Cia de Processamento de Dados do Estado (PRODEMGE) aos Estados Unidos, em 1981, houve interesse de conhecerem em Washington — DC, o que ali é chamado de CADS, ou Sistema Computarizado de Despacho, que é uma aplicação de alcance limitado ao apoio às tarefas executadas dentro de uma Central de Operações. Faz parte de um sistema maior de informações de Segurança Pública, o WALES (Washington Area Law Enforcement System). Por isso, não contém, por exemplo, o tratamento estatístico dos dados produzidos.

Após o regresso, o sistema foi mostrado à PMMG que, imediatamente, absorveu a idéia de desenvolver projeto semelhante. Portanto, inicialmente, pensou-se em Sistema de Despacho de Viaturas. Porém, em razão do interesse e criatividade, por parte do pessoal envolvido, constata-se com satisfação que o projeto se ampliou ambiciosamente, à medida que se desenvolveu, transformando-se no Sistema Computadorizado de Despacho de Patrulhas.

## OBJETIVOS DO SISTEMA

O Centro de Operações tem por objetivo fundamental coordenar o atendimento de ocorrências policiais, aumentando a sua eficiência pela redução do tempo de respostas às solicitações feitas pelo público.

As estatísticas existentes mostram que em um centro de operações típico, 40 a 60% do tempo de espera (espaço de tempo decorrido entre o chamado telefônico e chegada da RP ao local) corresponde ao tempo de transmissão do chamado.

Levando-se em conta que o tempo de transmissão, ou seja, tempo decorrido entre o recebimento do pedido de auxílio e a transmissão da ocorrência a uma unidade policial, resulta da própria operação do centro, o objetivo básico do sistema é o de auxiliar o pessoal encarregado do mesmo, na redução deste período, ou seja, prestar um melhor atendimento ao público. Embora existam objetivos secundários (alguns dos quais também concorrem para a redução do tempo de atendimento), que serão vistos a seguir, todo o sistema é orientado no sentido de aumentar a eficiência e eficácia do atendimento pretendido.

Implantou-se uma linha de procedimento esquematizado, onde:

a) Entrando-se com o nome oficial ou popular do local da ocorrência, o sistema localiza o evento com precisão;

b) Entrando-se com a natureza da ocorrência, o sistema define automaticamente qual a Unidade Operacional que está encarregada de solucioná-la pelo critério da responsabilidade territorial ou da natureza do evento;

c) Se alguma informação adicional tiver de ser solicitada ao interlocutor, o sistema mostra na tela as perguntas que lhe devem ser formuladas;

d) Completas as informações básicas para uma decisão, a ocorrência passa automaticamente para a tela do radioperador da Unidade responsável;

e) O sistema indica a ordem de atendimento, de acordo com a prioridade estabelecida;

f) O sistema indica qual ou quais viaturas estão desengajadas no subsector da ocorrência ou em algum adjacente;

g) O sistema indica a característica de cada patrulha para atender uma ocorrência, inclusive o armamento e equipamento disponíveis.

h) Leva automaticamente para a tela do Coordenador toda ocorrência que se tenha definido como de intervenção obrigatória (ocorrências militares, assalto, etc.) ou aquela que, pela sua particularidade, exige seu acompanhamento.

Como objetivos secundários podemos citar os seguintes:

- . melhoria da coordenação interna;
- . acesso rápido a maior quantidade de informações;
- . controle adequado de patrulhas;
- . proteção às patrulhas;
- . obtenção imediata de estatísticas;
- . eliminar a demanda reprimida.

A consecução destes objetivos auxilia a redução do tempo de atendimento de maneira bastante diversa. Para exemplificar o segundo caso, pode-se supor que a implantação de um "minicadastro" de pessoas desaparecidas recentemente pode reduzir, consideravelmente, o tempo requerido para identificação de um indivíduo por uma dada guarnição, aumentando, conseqüentemente, a sua disponibilidade para atender outros casos. Por outro lado, a obtenção de estatísticas, com maior freqüência, permite ao comando do centro sugerir modificações na alocação de modo a poder acompanhar as flutuações da demanda.

Resumindo, o sistema possui:

#### 1) Objetivo Básico

— Redução do tempo de transmissão (maior rapidez no atendimento ao público)

## 2) Objetivos Secundários

- melhoria da coordenação interna;
- acesso rápido a maior quantidade de informações;
- controle adequado de patrulhas;
- proteção às patrulhas;
- obtenção imediata de estatísticas;
- eliminar a demanda reprimida.

## 3) Filosofia Básica

- Decisões são tomadas pelo elemento humano.

## DESCRIÇÃO DO SISTEMA

Este tópico contém as partes básicas do sistema.

O sistema divide-se em seis subsistemas que se interrelacionam:

- . Subsistema TEL (telefônico)
- . Subsistema DES (despacho)
- . Subsistema SUP (supervisor)
- . Subsistema LOG (logradouros)
- . Subsistema ARQ (arquivos)
- . Subsistema EST 1 (estatística 1).

Os três primeiros (TEL, DES, SUP) compõem a parte operacional do sistema, os dois seguintes (LOG, ARQ) são destinados a manutenção e aperfeiçoamento dos arquivos, o restante (EST 1) é o gerador de estatísticas (ON-LINE).

A seguir apresenta-se um breve resumo da finalidade e funcionamento previsto para cada um destes subsistemas.

### SUBSISTEMA TEL (TELEFÔNICO)

Destina-se a permitir a aquisição de dados de uma ocorrência via atendente. É a entrada básica do sistema que criará ocorrência. Interagindo com o subsistema TEL o operador deverá introduzir no computador as informações básicas referentes ao solicitante, local e histórico da ocorrência, bem como auxiliá-lo na localização dos endereços citados.

O fluxo do subsistema é o seguinte:

1) O atendimento inicializa seu terminal dando sua sigla, senha e código.

2) O programa entra no circuito de aquisição de ocorrência, esperando por um comando do atendente. Ao atender o telefone, este comando deve ser ativado neste instante e é automaticamente gerado o número único de ocorrência.

3) O programa executa o diálogo com o operador; caso, durante o diálogo, o mesmo chegue à conclusão que o chamado não incorrerá em ocorrência policial (trote, informações, etc.) será executado um comando que arquiva os dados para fins estatísticos e devolve o número criado para uma fila de números livres.

4) Ao término do diálogo, o atendente poderá revisar os campos em que queira acrescentar mais algumas informações e passar a ocorrência para o sistema DES.

Obs.:

a) Durante o diálogo, o setor de operações já terá identificado via arquivo de logradouros ou comando explícito do atendente (SETOR DE OPERAÇÕES-BATALHÃO).

b) Mesmo quando uma ocorrência não é gerada por chamada telefônica (190), ela deve ser criada no vídeo do atendente, com o preenchimento de um campo especial para fins estatísticos.

#### SUBSISTEMA DES (DESPACHO)

Destina-se a:

- distribuir as ocorrências entre os despachantes;
- acompanhar as ocorrências (TERMINAL PRINCIPAL);
- monitorar as telas informativas (TERMINAL AUXILIAR).

O primeiro bloco (distribuidor) tem por função, na decorrência das informações existentes no sistema introduzidas pelo atendente, distribuir a ocorrência ao despachante correto (por área geográfica de responsabilidade).

O segundo bloco (acompanhamento) permite que o despachante comande a alocação de recursos necessários à solução das ocorrências sob sua responsabilidade; permite, ainda, que cada despachante possa acessar os dados de qualquer ocorrência sob sua responsabilidade e ainda não encerrada, bem como arquivos auxiliares.

O terceiro bloco (monitorização) faz uma varredura de todas as telas informativas atualizando-se a cada novo evento.

Uma ocorrência é encerrada e sai do subsistema por um comando do operador confirmado a seguir pelo supervisor.

### SUBSISTEMA SUP (SUPERVISOR)

Este subsistema possui acesso a todas as rotinas do TEL ou DES, além de rotinas especiais, específicas do supervisor, como por exemplo a programação de viaturas por turno de operação. Terão acesso a este subsistema o coordenador de operações e seu auxiliar.

### SUBSISTEMA LOG (LOGRADOUROS) E ARQ (ARQUIVOS)

Destinam-se a permitir a contínua atualização dos arquivos operacionais.

O subsistema de logradouros (LOG) é peça fundamental na operação do sistema, pois é ele que permite que, dado um endereço se localize a área de responsabilidade.

### SUBSISTEMA EST (ESTATÍSTICA)

Tem por finalidade o fornecimento de estatísticas "on-line". Chama-se de estatística "on-line" toda aquela que é possível de ser obtida após o imediato encerramento da ocorrência, tais como:

- tempos;
- alocação de viaturas;
- número de ocorrências por área;
- número de ocorrências por período;
- número de ocorrências por natureza;

## REDUÇÃO DO TEMPO DE ESPERA

O cidadão, que solicitava a presença de uma guarnição de RP, chegou a esperar mais de meia hora pela chegada da viatura. Um grande volume de pedidos, dirigidos a uma frota limitada, gerava uma fila de espera inevitável.

A progressiva ampliação da frota reduziu a fila de espera e, ainda, fez com que as guarnições cada vez estivessem mais próximas dos locais de solicitação.

Para análise de tempos são utilizados os seguintes conceitos:

(1) Tempo de recebimento: este tempo é uma novidade e um aperfeiçoamento materializados após a implantação do Projeto COPOM e consiste no tempo dispendido pelo telefonista para registrar o pedido do solicitante. Antes do Projeto este tempo era de difícil aferição pela quase impossibilidade de estabelecer rígidos registros de horários na ficha de atendimento de ocorrência.

(2) Tempo de despacho: consiste no tempo dispendido pelo radioperador, após receber um pedido transferido pelo telefonista, para acionar uma viatura para o atendimento. Antes da implantação do Projeto COPOM o tempo de recebimento aí estava diluído e não era conhecido.

(3) Tempo de transmissão: consiste no tempo decorrido entre a solicitação telefônica ao COPOM e o acionamento da viatura pelo radioperador; em outras palavras, é o resultado da soma dos tempos de recebimento e despacho;

(4) Tempo de chegada: consiste no tempo decorrido entre o acionamento de uma guarnição pelo COPOM e a chegada desta ao local da ocorrência; em outras palavras, é o tempo gasto pela viatura para deslocar-se de onde se encontra até o local da ocorrência;

(5) Tempo de espera: considera-se o tempo decorrido entre uma solicitação telefônica recebida pelo COPOM e a chegada da guarnição no local da ocorrência; isto é, o tempo em que o solicitante aguarda pelo atendimento policial; é resultado, portanto, da soma dos tempos de transmissão e chegada;

(6) Tempo de empenho: distinguem-se aqui duas categorias:

(a) **Específico:** é o tempo decorrido entre a chegada de uma guarnição ao local da ocorrência e a sua liberação; isto é, o tempo gasto pela guarnição para solucionar o evento;

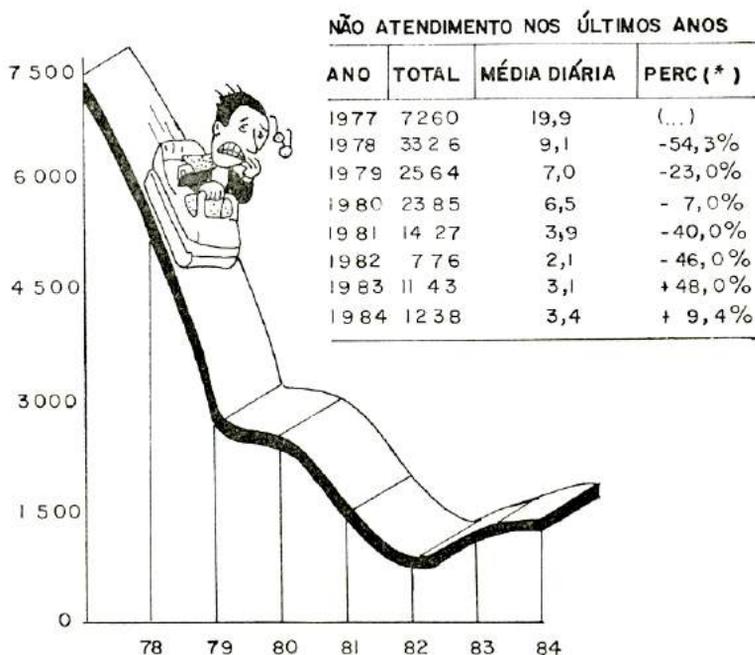
(b) **Total:** consiste no tempo decorrido entre o acionamento da guarnição pelo COPOM e a liberação desta; isto é, o tempo em que uma guarnição encontra-se ocupada, sem condições de ser acionada pelo COPOM, salvo casos prioritários; é, portanto, o resultado da soma dos tempos de chegada e de empenho específico.

## REDUÇÃO DA DEMANDA REPRIMIDA

A demanda reprimida, isto é, o montante de solicitações não atendidas, chegou, sete anos atrás, a níveis preocupantes: cerca de 10,8% sobre o total de pedidos.

O problema foi superado e vinha baixando, sucessivamente, desde 1978. A partir de 1983, nova reversão, em virtude do crescimento do índice de capacidade (relação entre ocorrências e viaturas).

## EVOLUÇÃO DOS NÃO ATENDIMENTOS



## INCIDÊNCIA CRIMINAL EM BELO HORIZONTE

### O FENÔMENO

O fenômeno da violência urbana, em Belo Horizonte, começou a apresentar contornos preocupantes em 1978, quando seu índice superou em 73,1% aquele anotado no ano anterior. Naquele ano, estudos elaborados indicaram a conveniência de se criar o índice de violência, separando-o do índice de Criminalidade, porque este, não obstante muito citado, tem para nossa Corporação grau de importância inferior àquele, uma vez que a categoria crime é genérica e abrange uma vasta gama de eventos, alguns até muito pouco relacionados com a segurança do cidadão.

O índice de Violência, por sua vez, nos é especialmente importante, já que leva em conta delitos de gravidade e que, por suas peculiaridades, têm decisiva influência na sensação de segurança da comunidade.

O índice de Violência é análogo ao índice de Criminalidade, com a diferença básica de abranger apenas aqueles crimes em que a ação violenta é um componente necessário (homicídio, tentativa de homicídio, estupro, assalto, roubo e seqüestro).

O índice de Violência, tal qual por nós concedido, deriva da relação matemática entre:

— número de crimes violentos, roubos, "assaltos", homicídios e sua tentativa, estupros em determinado espaço de tempo na área geográfica considerada.

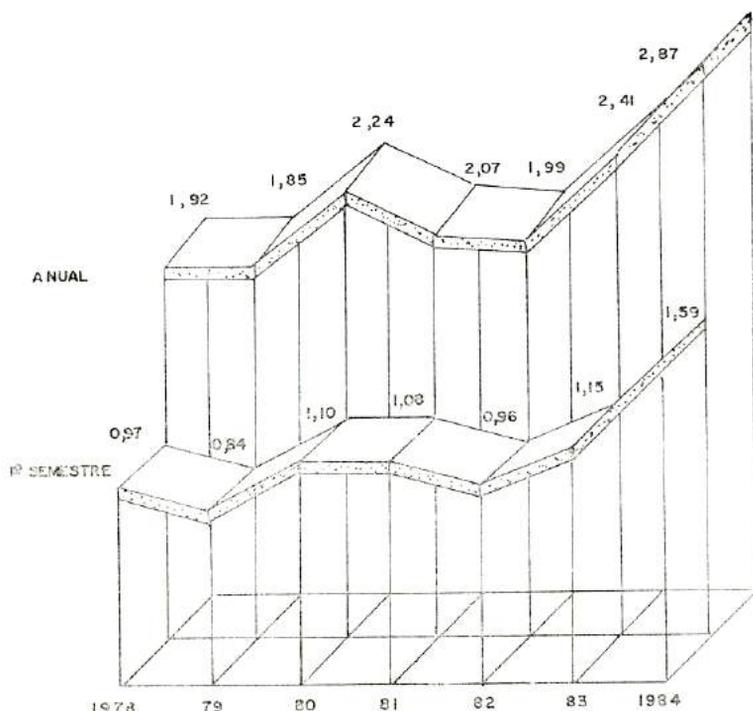
— número de habitantes considerados por grupos de 1.000.

O índice de Violência, após o alto de 1978, manteve-se relativamente estável no ano seguinte. Em 1980, o problema agravou-se com a curva atingindo patamares inéditos. O problema começa a ser contornado no semestre do ano seguinte, permanecendo em baixa até o terceiro trimestre de 1982. A partir daí, o índice de Violência volta a crescer e assim permanece, acompanhando o período recessivo por que tem passado a economia do país.

Hoje, quase três quartos (71,4%) do índice de Violência resultam dos crimes contra o patrimônio, especialmente, os assaltos. Esse aspecto foi detectado em 1983, haja vista que em 1977 a participação não passou

de reduzidos 30,9% com amplo predomínio dos crimes contra a pessoa (57,8%). A partir de 1978, enquanto estes declinavam, os delitos contra o patrimônio iniciavam sua ascensão, tanto que já em 1979 os crimes contra a pessoa, dos 57,8% de 1977, estavam reduzidos a 39,9%, chegando a 1984 com menor taxa conhecida, 23,4%.

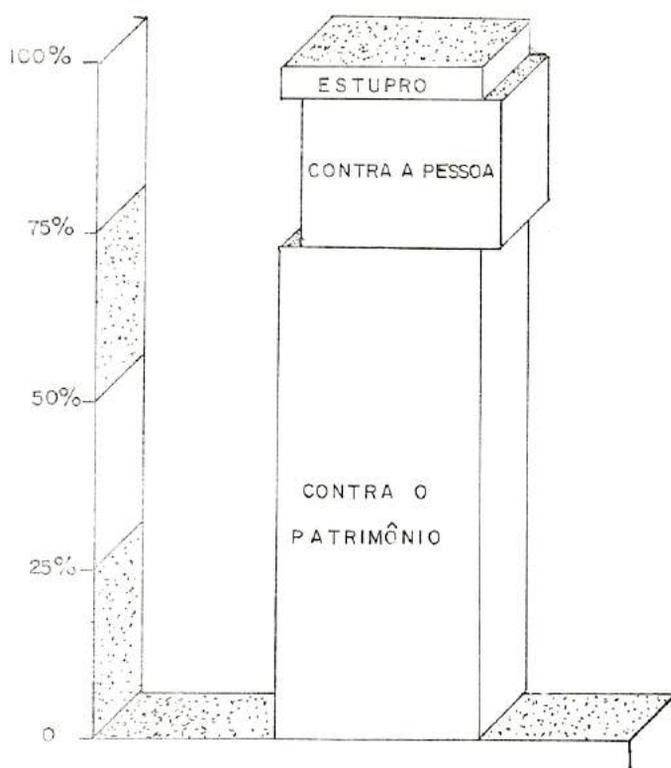
### INDICE DE VIOLENCIA NOS ÚLTIMOS ANOS



Os estupros, por sua vez, pouco oscilando até 1981, após o salto do ano seguinte, entraram em queda livre em 1983 e assim permanecem.

Completando as cifras retro, ressalte-se que o grau de requinte e crueldade, com que foram praticados os crimes violentos tem sido sensivelmente inexpressivos, se comparado com notícias proveniente de outras metrópoles.

PARTICIPAÇÃO DOS DIVERSOS CRIMES NA COMPOSIÇÃO DO  
ÍNDICE DE VIOLENCIA, NOS ÚLTIMOS ANOS



PARTICIPAÇÃO DOS DIVERSOS CRIMES NA COMPOSIÇÃO DO  
ÍNDICE DE VIOLENCIA, NOS ÚLTIMOS ANOS

CRIMES	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
<b>CONTRA A PESSOA</b>							
— Homicídio .. . . . .	6,4%	6,9%	6,7%	5,9%	5,3%	4,1%	3,8%
— Tentativa de Homicídio	36,5%	33,0%	34,4%	30,6%	29,4%	24,2%	19,6%
SOMA .. . . . .	42,9%	39,9%	41,1%	36,5%	34,7%	28,3%	23,4%
<b>CONTRA O PATRIMÔNIO</b>							
— Roubo .. . . . .	(***)	(***)	9,5%	14,2%	12,6%	14,6%	18,5%
— Assalto .. . . . .	(***)	(***)	43,1%	41,8%	43,0%	48,9%	52,9%
SOMA .. . . . .	49,3%	53,5%	52,6%	56,0%	55,6%	63,5%	71,4%
<b>CONTRA OS COSTUMES</b>							
— Estupro .. . . . .	7,8%	6,6%	6,3%	7,5%	9,7%	8,2%	5,2%



## MOVIMENTOS DE ROUBOS

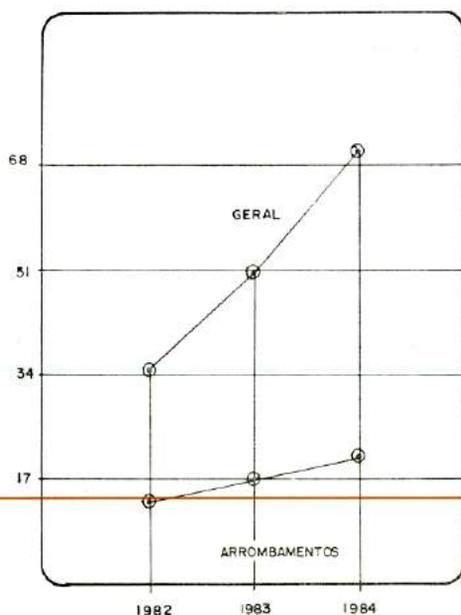
Os roubos declinaram em 1982, cresceram 48,1%, na primeira metade do ano de 1983 e, no corrente ano, vieram com ímpeto só comparável ao de 1981 (na ocasião dispararam 71,1%). A taxa de expansão 83/84 foi de 56,3%.

As ações em via pública foram as únicas que estiveram em alta. Nas residências, o crescimento foi zero, enquanto nos atos contra estabelecimentos houve um recuo considerável.

MOVIMENTA DE ROUBOS NOS ÚLTIMOS ANOS

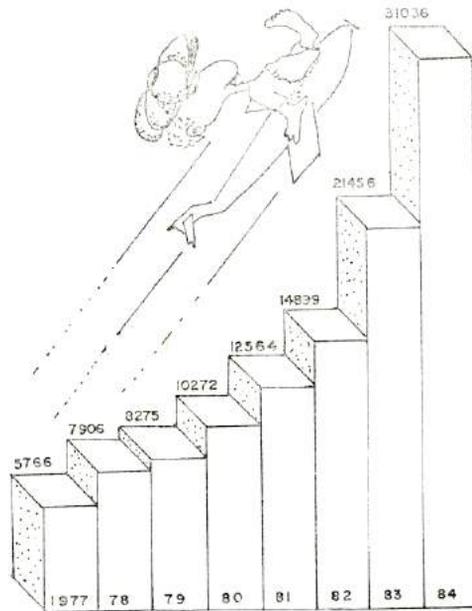
CIRCUNSTANCLIA	1980	1981	1982	1983	1984	DIFERENÇA 83/84
Em via pública .. .. .	337	458	409	620	1.044	+ 68,4%
A estabelecimentos .. .. .	26	50	28	54	32	- 40,7%
A residências .. .. .	23	46	22	37	35	- 5,4%
SOMA .. .. .	386	554	459	711	1.111	+ 56,3%

MÉDIA DIÁRIA DE FURTOS NA GRANDE BH



## ESCALADA DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

(Furtos, Roubos e Assaltos)



### MOVIMENTO DOS ASSALTOS

O movimento global de assaltos, após atingir o auge em 1980, permaneceu ancorado, nos dois exercícios seguintes, em marcas quase idênticas e que se situaram 10,6% aquém dos níveis de 1980. Em 1983, eles voltaram a crescer com força inusitada: 69,8%, enquanto o movimento global das ocorrências da Rp não passou dos 33,7%. Em 1984, o crescimento foi de 33,4%, para um aumento de ocorrências da ordem de 19,6%.

Conquanto haja entendimentos heterogêneos e diversificados do que seja "assalto", nosso tratamento tem sido o de considerar o roubo, com emprego de arma, sob este rótulo, mesmo que irrelevante o valor material em si considerado.

O registro de assaltos, de 1983 para cá, indica uma maior atuação repressiva da Polícia Militar, bem como um aumento considerável de ocorrências, em que os objetos tomados causaram surpresa, quer pelo pequeno valor, quer pela espécie.

MOVIMENTO ANUAL DE ASSALTOS NOS ÚLTIMOS ANOS

CIRCUNSTANCIA	1980	1981	1982	1983	1984	DIFERENÇA 83/84
Em via pública .. .. .	1297	1385	1303	1976	2537	+ 28,4%
A estabelecimentos ' .. ..	335	156	165	263	460	+ 74,9%
A residências .. .. .	120	88	103	145	183	+ 26,2%
SOMA .. .. .	1752	1629	1571	2384	3180	+ 33,4%

Isso pode permitir-nos uma inferência de correlação com o aumento crescente de menores e pedintes, em nossas ruas e avenidas.

É bom lembrar que antes recebiam nossas caridosas ofertas, depois passaram a pedi-las, posteriormente exigiu-las e hoje já passam a tomá-las.

A ação criminosa é flexível e, a cada providência efetiva, o delinqüente se submerge ou volta com novo "modus operandi".

Na década de 70, foi registrada intensa atividade criminosa voltada contra os estabelecimentos bancários. A motivação, inicialmente político-ideológica, deu lugar depois a ações exclusivamente executadas por delinqüentes comuns. A nossa resposta foi o PPRABAN (Plano de Prevenção e Repressão a Assaltos a Bancos), que praticamente extinguiu esse tipo de crime. Nos últimos quatro anos foram registrados dez assaltos a bancos em Belo Horizonte, a saber:

ASSALTOS A BANCOS NOS ÚLTIMOS ANOS

— 1981 .. .. .	05
— 1982 .. .. .	01
— 1983 .. .. .	02
— 1984 .. .. .	02
— 1985 .. .. .	00

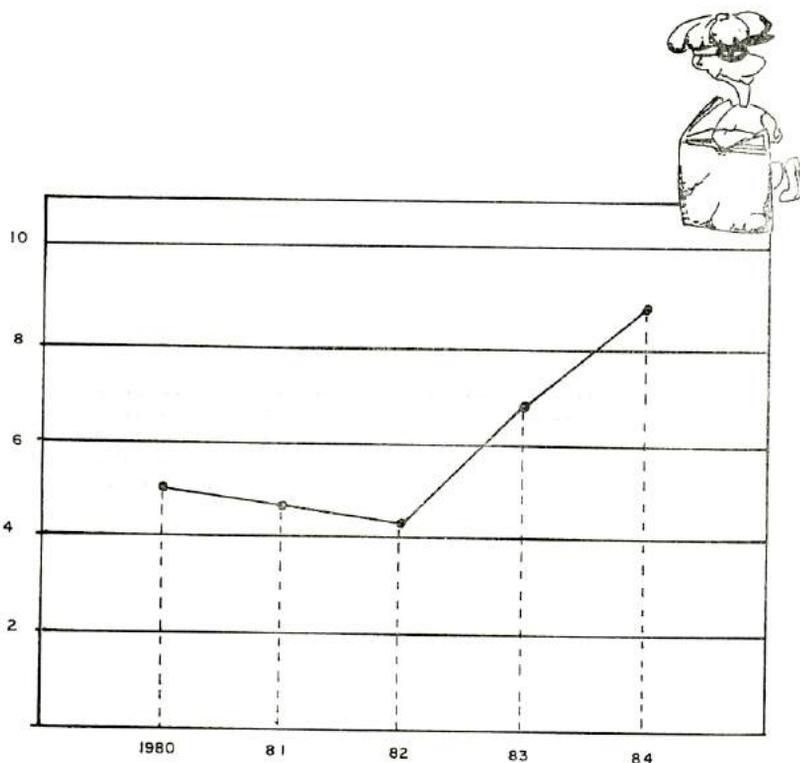
Exemplo recente foi o PEPRACO (Plano Especial de Prevenção a Repressão de Assaltos a Coletivos) para enfrentar um problema que, surgido em fins de 83, ganhou contornos preocupantes em março e abril últimos.

ASSALTOS A COLETIVOS NA GRANDE BH, EM 1984		ASSALTOS A TAXIS NA GRANDE BH, EM 1984	
MES	QUANTIDADE		
JANEIRO .. .. .	12	JANEIRO .. .. .	13
FEVEREIRO .. .. .	11	FEVEREIRO .. .. .	04
MARÇO .. .. .	29	MARÇO .. .. .	02
ABRIL .. .. .	27	ABRIL .. .. .	03
MAIO .. .. .	08	MAIO .. .. .	09
JUNHO .. .. .	02	JUNHO .. .. .	15
JULHO .. .. .	02	JULHO .. .. .	09
AGOSTO .. .. .	02	AGOSTO .. .. .	02
SETEMBRO .. .. .	01	SETEMBRO .. .. .	02
OUTUBRO .. .. .	01	OUTUBRO .. .. .	08
NOVEMBRO .. .. .	01	NOVEMBRO .. .. .	05
DEZEMBRO .. .. .	03	DEZEMBRO .. .. .	05

O PEPRACO foi acionado a 18 de maio de 1984, sendo que aquele mês, até então, já contabilizava 07 ações contra coletivos. Após o acionamento do Plano, o mês de maio registrou apenas mais um assalto.

Já verificamos que os problemas são refletivos, isto é, tendo origem em outros centros, são copiados por meliantes locais ou aqui praticados por marginais forasteiros. Assim é que já tivemos épocas em que se destacaram assaltos a motoristas de táxi, a motéis, a joalherias, supermercados, a postos de gasolina, a coletivos, hoje, com incidência quase nula.

#### ASSALTOS DIARIOS, EM MÉDIA, NA GRANDE BH



#### RESULTADOS OBTIDOS

Seguindo uma política de registrar, por escrito, variada gama de diretrizes, instruções de conduta — quer administrativa, quer operacional — de descentralização dos comandos subalternos, colocando a Polícia Militar mais próxima do usuário de seus serviços, e de mais uma série de procedimentos, logramos alcançar expressivos êxitos na destinação do CPC.

Alguns resultados podem ser citados.

Intensificação do policiamento ostensivo.

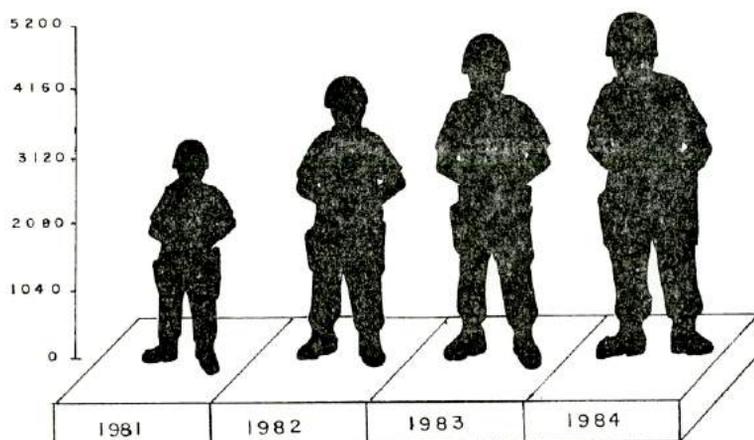
a) Empenho de efetivo na Região Metropolitana de Belo Horizonte

Interessante observar que, hoje, o empenho médio diário está em torno de 65,9% do efetivo, o que representa índice excepcional.

Fórmulas e esforços não têm sido poupados, com o intuito de ampliar o contingente de policiais nas ruas. E as respostas são efetivas. Em 84, empenhamos 57,1% a mais de efetivo nas operações do que em 1981, não obstante, no mesmo período, o efetivo existente não tenha crescido em torno de 19,6%

O planejamento tem dado especial ênfase ao centro da cidade, onde eram constantes os assaltos e epidêmicos os furtos executados pelos chamados "trombadinhas". A saturação da região com diferentes processos de policiamento (motorizado, a pé e montado) reduziu os casos a esporádicos registros.

EMPENHO MÉDIO DIÁRIO DE EFETIVO NA RMBH



b) Empenho de Radiopatrulhas

O empenho de guarnições de Rp vem crescendo expressivamente desde 1978 sendo, de 1981, a maior taxa de expansão até hoje anotada.

Um grande impulso foi dado em 1978 e 1981, observando-se, nos últimos anos, uma tendência a tornar mais suave a subida da curva.

A contenção do ímpeto da curva nos últimos anos coincidiu com uma verdadeira escalada no movimento de ocorrências que, de 1981 para cá, tem crescido a um ritmo superior a 30% ao ano.

O afastamento das curvas vem obrigando a Corporação a despendar esforços extras, dentre os quais a redução do tempo de patrulhamento e a utilização de uma mesma viatura em turnos de serviço consecutivos.

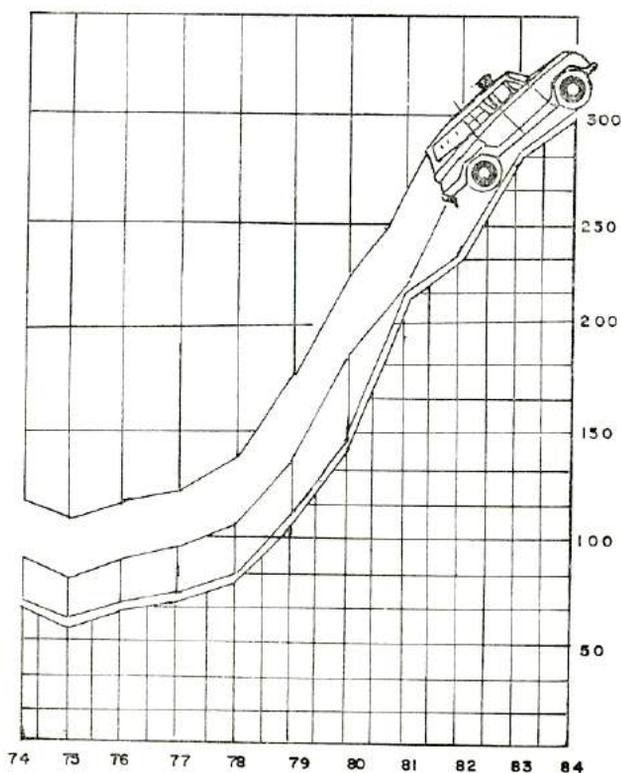
EMPENHO MÉDIO NOS ÚLTIMOS ANOS

ANO	EMPENHO	DIFERENÇA	VARIAÇÃO
1981 .. .. .	3.404	(...)	100,0%
1982 .. .. .	4.343	+ 27,6%	127,6%
1983 .. .. .	4.894	+ 12,7%	143,8%
1984 .. .. .	5.349	+ 9,3%	157,1%

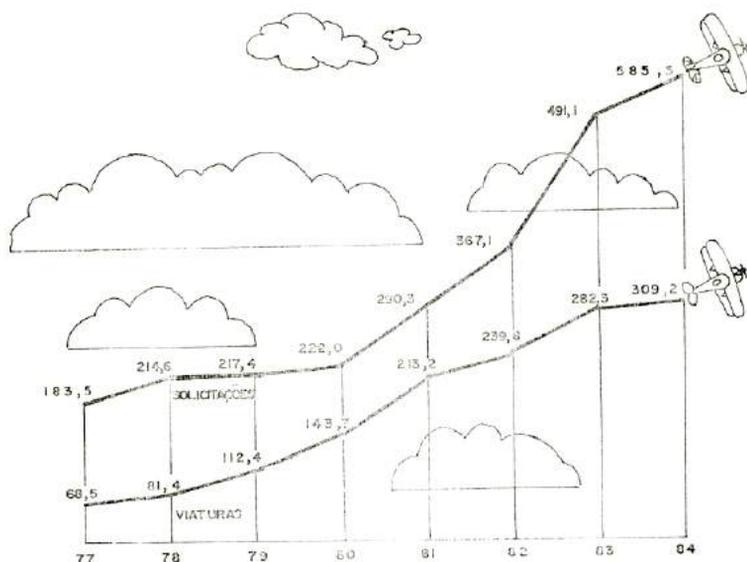
EVOLUÇÃO DIÁRIA DE Rp LANÇADAS EM SERVIÇOS NOS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

ANO	MÉDIA	DIFERENÇA
1977 .. .. .	68,5	+ 5,4%
1978 .. .. .	81,4	+ 18,8%
1979 .. .. .	112,4	+ 38,1%
1980 .. .. .	143,7	+ 27,8%
1981 .. .. .	213,2	+ 48,4%
1982 .. .. .	239,8	+ 12,5%
1983 .. .. .	282,3	+ 17,7%
1984 .. .. .	334,4	+ 18,4%

MÉDIA DIÁRIA DE Rp EMPENHADAS  
(1974-1984)



(Média Diária)  
 EVOLUÇÃO DAS SOLICITAÇÕES E EMPENHO DE Rp



c) Atendimentos preventivos

Assim denominamos todos aqueles que, embora aparentando pouca gravidade, reúnem probabilidades de evolução para um caso mais grave ou, ainda, ações de natureza profilática visando a impedir eclosão de delitos.

Estes dez tipos de ação preventiva englobam nada menos que 36% do total de ocorrências registradas pelas radiopatrulhas.

ATENDIMENTOS DA RADIOPATROLHA EM BELO HORIZONTE  
 (1.º SEMESTRE/85)

OCORRÊNCIA	INCIDÊNCIA
Atrito Verbal . . . . .	21.406
Agressão/Vias de fato (sem lesão) . . . . .	18.527
Averiguar presença de suspeito . . . . .	11.950
Doente mental . . . . .	11.229



## PRODUTIVIDADE

A COMPARAÇÃO DOS DADOS ABAIXO CONSTITUI-SE EM INDICATIVOS PARA EXAME

DADO ANO	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
1981	7.150	3.404	514	284	137.602	1.427	13.945	10,6	2,24	2.661.252
1984	8.895	5.349	658	445,8	275.358	1.238	24.841	21,5	2,87	3.019.644 *
Variação (%)	+24,4	+57	+28,0	+57	+100	-13	+78	+102	+28	+13,5

\* Estimativa

A — Efetivo (existente) no CPC	F — Demanda Reprimida
B — Empenho Médio Diário do Efetivo	G — Armas Apreendidas
C — Frota Operacional	H — Índice Criminalidade
D — Empenho Diário de Radiopatrulha	I — Índice Violência
E — Ocorrências Atendidas	J — População da RMBH (*)

## CONCLUSÃO

A Violência Urbana resulta de um complexo de causas e efeitos, em cujo vértice se situa a Polícia Militar, como desaguadouro natural de ansiedades e tensões.

Não pode ser combatida com os meios tradicionais. Exige a participação da comunidade. Deve se afastar, portanto, a idéia de que o fenômeno da Violência Urbana é fruto do despreparo, inoperância ou incapacidade das polícias.

As Instituições Policiais são partes constitutivas da sociedade. Qualquer hostilidade ou rejeição redundará em prejuízo da defesa e segurança dessa própria sociedade.

Apesar da abrangência de sua manifestação, qualquer estudo sobre a Violência Urbana deve observar as realidades culturais de cada região, evitando-se generalizações nocivas às instituições encarregadas da manutenção da Ordem Pública e, por extensão, à própria comunidade.

A não-observância de características regionais no exame do fenômeno da Violência Urbana, leva a idéias preconceituosas, nem sempre correspondentes à realidade vivida, afetando a segurança subjetiva (crença na ausência de riscos).

Não se deve dispensar o uso da inteligência e da razão, associados à boa vontade à sinceridade, no equacionamento das questões relativas à segurança individual e comunitária, pois constituem problemas solucionáveis, de causas conhecidas, visíveis e de efeitos predizíveis e lógicos.

Postulamos a implantação de um novo sistema de defesa social, não mais restrito à função de sistema repressivo (penal), mas abrangendo o sistema preventivo (assistencial, educacional e inibidor), que deve funcionar harmonicamente, buscando a efetividade.

A prevenção criminal, por sua vez, deve ampliar o seu conceito e envolver também medidas de ordem econômica, políticas de desenvolvimento e programas sócio-culturais.

Reafirmamos a nossa convicção de que a Polícia Militar tem condições de desempenhar cabalmente as missões de Policiamento Ostensivo.

Graças à sua organização, à disciplina militar e aos valores que cultua, a Corporação, como nenhuma outra Instituição, está aparelhada para o exercício da ação policial preventiva.

Com base em sua multissecular tradição e experiência das atividades de proteção e socorro, bem como através da profissionalização e aprimoramento permanente de seus quadros, a Polícia Militar vem conseguindo reverter ou, pelo menos, deter, a tendência ascensional do crime e da violência, cujos índices se situam em patamares suportáveis.

Renovamos a nossa fé no Policiamento Ostensivo, por ser ele um dos mais valiosos instrumentos de prevenção do crime e da violência.

A presença, real ou potencial, do PM fardado, nos locais de risco, inibe o ato criminoso, interrompe o ciclo da violência e dá à comunidade a sensação de segurança, exorcizando-a dos fantasmas do medo, da tensão e da intranqüilidade.

O Policiamento Ostensivo é a primeira linha de defesa do cidadão e da comunidade. Destina-se a eliminar, efetivamente, os riscos, produzindo a segurança em seu sentido objetivo.

A certeza de sua existência é a base para a confiança do público na instituição encarregada de seu exercício. A presença atenta e vigilante do PM, em todos os pontos significativos do variado cenário urbano, condiciona o surgimento da segurança subjetiva, que é a crença na ausência real de riscos.

O Policiamento Ostensivo é, enfim, um dos principais elementos constitutivos do verdadeiro ambiente de segurança.

Por fim, renovamos a nossa fé inabalável na capacidade de nosso povo em superar problemas. A história da sociedade brasileira é tecida de lances em que a abnegação patriótica, a criatividade e o espírito solidário de nossa gente fizeram com que a Nação transitasse, incólume, por momentos de crise e de dificuldades.

A Violência Urbana, — que no dizer do Presidente José Sarney, “é motivo de grande constrangimento nacional e o combate a esse nefasto

fenômeno, uma das prioridades da Nova República”, — em breve, há de recolher-se aos limites (suportáveis).

Essa é a vontade de nossa gente. Esse, o anseio maior da instituição encarregada de sua proteção e socorro. A Polícia Militar permanecerá inarredável em suas posições, postada nos locais de risco, presente e presente, a trabalhar, com dedicação e zelo, para a manutenção do ambiente de segurança junto da comunidade.

Acreditamos que a razão humana, oficina de tantas maravilhas, saberá conferir estruturas que estão triturando o homem lançando-o no mais cruel e nefasto compartimento de sua existência social: a violência, o crime.

A Polícia Militar continuará apontando o único caminho, — o da fé e da esperança na inteligência e no discernimento do ser humano, — para a solução de seus aflitivos problemas. E, postada nos locais de risco, a desencorajar delinquentes, a proteger e socorrer com qualidade e objetividade, aguardará o raiar de um novo amanhecer, consciente de que desempenhou o seu papel, feliz por haver cumprido, sem mácula, o seu dever.

Foi uma honra e um privilégio tê-los aqui conosco!